

COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

2024
2025

RELATÓRIO
BIÊNIO



COMPOSIÇÃO DA CEIJ

Coordenadora

Desembargadora Rosane Portella Wolff

Vice-Coordenador

Giancarlo Bremer Nones

Juiz de Direito de Segundo Grau

Cooperadores institucionais

Maira Salete Meneghetti

Juíza Auxiliar da Presidência

Raphael Mendes Barbosa

Juiz-Corregedor do Núcleo V - Direitos Humanos

Cooperador Técnico

Fernando Machado Carboni

Juiz de Direito da Comarca de Itajaí

Juízes de Direito membros do Conselho Consultivo

Ana Cristina Borba Alves

Aline Vasty Ferrandin

Andre Milani

Camila Coelho

Carolina Cantarutti Denardin

Daniel Lisboa Mendonca

Daniela Fernandes Dias Morelli

Josmael Rodrigo Camargo

Karina Müller

Klauss Correa de Souza

Livia Francio Rocha Cobalchini

Luis Felipe Canever

Renata Mendes Ferraco

Rodrigo Vieira de Aquino

Surami Juliana dos Santos Heerdt

Secretária

Lilian da Silva Domingues

Assistente Social

COMPOSIÇÃO DA CEIJ

Equipe multidisciplinar

Cristine Pereira Tuon Sposito
Assistente Social

Danúbia Rocha Vieira
Assistente Social

Ricardo Luiz de Bom Maria
Psicólogo

Equipe de apoio administrativo

Fernanda de Paula Colombo
Analista Administrativa

Leticia Santos Mauricio
Técnica Judiciária Auxiliar

Manuela Amorim Fortes
Técnica Judiciária Auxiliar

Equipe de apoio jurídico

Christiane Costa Laurindo Nogueira
Analista Jurídica

Eliza Sodré de Souza
Assessora Jurídica

Renata Medeiros da Rosa Perottoni
Oficial da Infância e da Juventude

Silvia Pocone Ettinger
Analista Jurídica

Estagiários

Adrian Carpes Lopes
Estagiário de Administração Pública

Patrick Pirolo
Estagiário de Administração Pública



SUMÁRIO

01 APRESENTAÇÃO

02 PROGRAMAS

- 2.1. Programa Novos Caminhos
- 2.2. Depoimento Especial - Lei n. 13.431/2017
- 2.3. Justiça Restaurativa
- 2.4. Primeira Infância
- 2.5. Conhecer para Se Proteger

03 AÇÕES DESENVOLVIDAS

- 3.1. Campanha alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
- 3.2. Autorização de Viagem

04 AÇÕES EM PARCERIA

- 4.1. Papai Noel Correios + CNJ
- 4.2. Campanha Se renda à Infância
- 4.3. Política Estadual de Educação em Tempo Integral para o Território Catarinense e Política de Educação Profissional e Tecnológica para o Território Catarinense

05 CURSOS E EVENTOS PROMOVIDOS PELA CEIJ

- 5.1. Cursos realizados
- 5.2. Eventos

06 PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS EXTERNOS

07 INSTÂNCIAS CONSULTIVAS, PARTICIPATIVAS E DELIBERATIVAS



1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta, de forma sintética, as ações desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (CEIJ) no biênio 2024–2025, evidenciando os principais avanços, iniciativas e resultados alcançados no período.

Instituída pela Resolução TJ n. 13/2018, a CEIJ atua na promoção, articulação e fortalecimento de políticas e práticas voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com os marcos normativos nacionais e internacionais.

Ao longo do biênio, a Coordenadoria desenvolveu, coordenou e apoiou diversas ações estratégicas, reafirmando o papel do Poder Judiciário como agente garantidor de direitos e indutor de políticas públicas qualificadas. Sua

atuação abrange diferentes frentes, que serão detalhadas nos tópicos a seguir, além de iniciativas institucionais, ações de capacitação e parcerias interinstitucionais que contribuem para o fortalecimento da rede de proteção.

Este relatório sistematiza esse conjunto de ações, com o objetivo de dar transparência às atividades desenvolvidas e valorizar os resultados alcançados, evidenciando o compromisso institucional com a construção de uma atuação cada vez mais integrada, eficiente e humanizada.

Por fim, registra-se o reconhecimento a todos os profissionais e instituições parceiras que contribuíram para a execução das iniciativas no período, cujo empenho foi fundamental para os avanços obtidos em benefício da infância e da juventude em Santa Catarina.

2. PROGRAMAS

Os programas institucionais representam o eixo estruturante da atuação desta Coordenadoria, funcionando como mecanismos de operacionalização das diretrizes nacionais e estaduais voltadas à infância e juventude. No biênio, tais iniciativas evidenciaram não ape-

nas a capacidade de articulação e inovação institucional, mas também o compromisso com a construção de soluções sustentáveis, integradas e orientadas à efetivação de direitos, com repercussões concretas no aprimoramento das políticas judiciárias.



Programa **Novos Caminhos**, fortalecido e nacionalizado pela Resolução CNJ n. 543/2024



Programa de **Depoimento Especial**, disciplinado pela Resolução CNJ n. 299/2019



Política Judiciária de **Justiça Restaurativa**, regulamentada pela Resolução CNJ n. 225/2016



Política Judiciária para a **Primeira Infância**, instituída pela Resolução CNJ n. 585/2024



Projeto **Conhecer para se Proteger**

2.1. PROGRAMA NOVOS CAMINHOS



O Programa Novos Caminhos (PNC) foi fundado em 2013 pelo Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), pela Associação de Magistrados Catarinenses (AMC) e pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC).

Ao longo dos anos, com o objetivo de ampliar o alcance territorial e as oportunidades, tornaram-se parceiros a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina (OAB-SC); o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC); a Federação do Comércio de Bens,

Serviços e Turismo do Estado de Santa Catarina (Fecomércio); a Associação Catarinense de Medicina (ACM); a Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência (Fesag); o Serviço Social da Indústria (FIESC/SESI); o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (FAESC/SENAR); o Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina (CIEE); o Serviço Social do Comércio (Fecomércio/SESC); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (FIESC/SENAI); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Fecomércio/SENAC); a CELESC Distribuição S.A.; e a entidade Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional (GERAR).

Por meio da articulação e da força dos parceiros, mediante uma grande, interinstitucional e multidisciplinar rede de oportunidades, possui como escopo proporcionar a profissionalização e a inserção no mercado de trabalho de adolescentes que se encontram ou passaram por medida protetiva de acolhimento institucional.

Nacionalização

A convite do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em consonância com o movimento iniciado pela Diretriz n. 11/2022/CNJ, o biênio 2024-2025 marcou a atuação destacada da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) do TJSC no processo de nacionalização do Programa Novos Caminhos.

Inspirada no modelo catarinense, a nacionalização foi consolidada com a edição da Resolução CNJ n. 543/2024, que instituiu o Programa Nacional Permanente de Apoio à Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes Acolhidos e a Egressos de Unidades de Acolhimento – Programa Novos Caminhos/CNJ.

Coube à equipe da CEIJ/TJSC a responsabilidade de compartilhar as boas práticas e transferir conhecimento aos Tribunais de Justiça estaduais aderentes à nacionalização, por meio do compromisso firmado ao assinar Acordos de Cooperação Técnica (ACT) capitaneados pelo CNJ, juntamente com cada TJ interessado.

Antes mesmo da edição da Resolução CNJ n. 543/2024 e do papel formal assumido nos ACTs, Santa Catarina promoveu visitas técnicas e reuniões virtuais para compartilhar saberes, sanar dúvidas e estimular a adesão dos demais estados brasileiros.

Em setembro de 2025, conforme anunciado no 1º Encontro Nacional do Programa Novos Caminhos, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça em Brasília, consolidou-se a nacionalização do Programa, com o alcance de 100% de adesão dos tribunais estaduais brasileiros.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Conselho Nacional de Justiça figuraram como partícipes em 23 Acordos de Cooperação Técnica (TJAM, TJPA, TJTO, TJBA, TJAL, TJDFT, TJPR, TJMA, TJAP, TJGO, TJES, TJMS, TJRJ, TJMT, TJPE, TJPB, TJCE, TJRN, TJRR, TJRN, TJSP, TJPI e TJRS). Ressalta-se que TJMG, TJSE e TJAC adequaram programa preexistente aos eixos de atuação do Programa Novos Caminhos e, por essa razão, foram dispensados pelo CNJ da necessidade de firmarem ACT.

Durante o 1º Encontro Nacional, com o objetivo de apresentar as ofertas e colocar-se à disposição dos Tribunais na busca por oportunidades ao público beneficiado, estiveram presentes os representantes das empresas e instituições nacionais, parceiras formais do Programa Novos Caminhos em âmbito nacional, referidas na legenda da imagem acima.

Vale mencionar, ainda, o reconhecimento público ao trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), por meio da concessão de homenagens à equipe técnica que participou da transferência de conhecimento para os TJs interessados desde o início da nacionalização.



Em 04set2025, ocorreu a abertura do 1º Encontro Nacional do Programa Novos Caminhos. Na foto, da esquerda para a direita, da Confederação Nacional do Transporte, Valter Souza, o Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A, Ivan de Souza Monteiro, o Secretário de Estratégia e Projetos do CNJ, Gabriel Matos, o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Mauro Campbell Marques, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lelio Bentes Corrêa, representante da Petróleo Brasileiro S/A, Juliana Muniz e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Genival Júnior Alves Santos.

12 anos de história e ampliação das parcerias

Em agosto de 2025, o Programa completou 12 (doze) anos de existência, ocasião marcada pela cerimônia de assinatura simbólica do Acordo de Cooperação Técnica n. 79/2025, responsável pela renovação do PNC por mais 5 (cinco) anos.

Em outubro de 2025, foi formalizada a renovação da parceria entre o Programa Novos Caminhos e a empresa CELESC, agora consolidada como parceira institucional por meio de Termo de Adesão ao ACT n. 79/2025. A continuidade da colaboração reafirma o compromisso para a promoção da formação profissional, ampliando o acesso a oportunidades de qualificação e inclusão social.

No mesmo ano, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude avançou nas tratativas e firmou parceria institucional, por Termo de Adesão, com a organização GERAR (Geração de Emprego e Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional), ao identificar o alinhamento estratégico com o Novos Caminhos nas áreas de qualificação profissional, inclusão social e desenvolvimento humano. O objetivo é ampliar o alcance e a efetividade das ações voltadas à transformação da realidade de crianças, adolescentes e jovens acolhidos.



Em 09set25, dirigentes das 11 instituições parceiras do Programa Novos Caminhos compareceram em solenidade no TJSC para renovar o compromisso de transformar vidas.

Cerimônias de encerramento

O Programa Novos Caminhos possui 16 (dezesesseis) regiões de abrangência no estado de Santa Catarina. Cada região é formada por um grupo de interlocutores das instituições parceiras (SESI/SENAI, SESC, SENAC, SENAR, CIEE e GERAR), das comarcas do PJSC e dos serviços de acolhimento.

São centenas de pessoas articuladas para garantir que o PNC consiga chegar nas cerca de 250 instituições de acolhimento e programas de família acolhedora do estado e nas cerca de 1.300 crianças, a partir de 06 anos, e adolescentes sob medida de proteção. Sem mencionar os jovens egressos e os empresários responsáveis pela abertura de portas no mercado de trabalho ao público a partir de 14 anos.

Nesse sentido, com o intuito de valorizar a participação e a dedicação das pessoas envolvidas, anualmente, entre os meses de outubro a dezembro, nas regiões de abrangência, ocorrem as Cerimônias de Homenagens do Programa Novos Caminhos.

Nos eventos, por meio de certificados concedidos pelo TJSC, são homenageados, na categoria *Adolescente Destaque*, os adolescentes que realizaram os cursos regulares ou foram inseridos no mercado de trabalho pelo Programa, na categoria *Membro da Equipe Técnica*, as equipes técnicas locais responsáveis por operacionalizar o Programa nas regiões e, na categoria *Empresa Cidadã*, os empresários responsáveis por abrir oportunidades de emprego, estágio ou aprendizagem aos jovens.

A FIESC, por sua vez, concede às empresas e aos voluntários do Programa Eu Voluntário, respectivamente, as homenagens de Empresa Amiga e Cidadão Amigo.

Em 2024, ocorreram cerimônias em 12 regiões, homenagearam-se 743 Adolescentes, 211 membros das Equipes Técnicas, 287 Empresas Cidadãs, 515 Empresas Amigas e 523 Cidadãos Amigos.

Em 2025, ocorreram cerimônias nas 16 regiões de abrangência. homenagearam-se 976 Adolescentes, 273 membros das Equipes Técnicas, 250 serviços de acolhimento institucional e programas de família acolhedora, 392 Empresas Cidadãs, 585 Empresas Amigas e 860 Cidadãos Amigos.



Cerimônia de Homenagens 2024 Região Centro-Oeste, na cidade de Luzerna, em 06 de novembro de. Jovens homenageadas como Adolescente Destaque de mãos dadas e segurando os certificados recebidos.

Captação de Recursos e Atendimento Psicológico

As vivências que ensejaram a aplicação da medida de proteção tornam o cuidado com a saúde mental dos adolescentes do Programa Novos Caminhos essencial para o êxito nos cursos e na inserção no mercado de trabalho.

Desde 2019, atento à questão e por meio da Fundação Esag (Fesag), o PNC custeia o atendimento psicológico privado, com foco na empregabilidade e terapêutico, ao público do Programa.

A partir de 2021, além dos recursos próprios da Fesag, o PNC obteve um considerável incremento para a ampliação do número de adolescentes beneficiados, por meio de edital público do programa PJSC Mais Social do Poder Judiciário de Santa Catarina, fundado à luz da Res. CNJ 154/2020, com nova redação pela Res. CNJ 558/2024.

Cabe à Fundação Esag submeter projeto social, receber e gerir os recursos do programa do PJSC. Para aplicação em 2024 e 2025, foram R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) destinados.

Outro importante incremento surgiu a partir do movimento de nacionalização, que trouxe visibilidade do PNC à Eletrobrás. A empresa, por meio de destinação direta à Fesag, também para aplicação em 2024 e 2025, direcionou um total de R\$591.300,00 (quinhentos e noventa e um mil e trezentos reais).

Ressalta-se, também, no respectivo biênio, a destinação de R\$500.000,00 oriundos de recursos próprios da Fundação Esag.

A maior fatia dos valores destina-se aos atendimentos psicológicos. O restante direciona-se ao atendimento psicopedagógico e ao custeio de transporte para que os jovens possam usufruir das atividades do Programa, quando os acolhimentos não conseguem.

Em 2024, 230 jovens usufruíram dos atendimentos psicológicos. Em 2025, 257 jovens usufruíram de 2.590 consultas.

Reconhecimento e Visibilidade

Ainda neste biênio, em outubro de 2024, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) participou da Audiência Pública da 1ª Conferência Internacional para a Sustentabilidade no Sistema de Justiça, ocasião em que apresentou o Programa Novos Caminhos como exemplo de política pública voltada à promoção da responsabilidade social e da sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

Durante a exposição, destacou-se o papel do Programa na inclusão social de crianças e adolescentes com idade superior a seis anos, que se encontram ou passaram por medidas protetivas de acolhimento. O objetivo central da iniciativa é fomentar o desenvolvimento de potencialidades e a construção da autonomia desses jovens, oferecendo-lhes perspectivas concretas de uma vida adulta com dignidade e qualidade.

Diante da relevância do Programa Novos Caminhos e de sua nacionalização por meio da Resolução n. 543/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a CEIJ tem atuado diretamente no assessoramento técnico e na transferência de *know-how* aos tribunais aderentes. Essa atuação consolida sua posição como referência nacional na área da infância e juventude. A medida representa um avanço significativo na ampliação do alcance e do impacto da política, com foco na sua implementação em todo o território nacional.

Em fevereiro de 2025, a CEIJ inscreveu o Programa Novos Caminhos na 2ª edição do Prêmio de Responsabilidade Social do Poder Judiciário e Promoção da Dignidade, promovido

pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre 55 iniciativas participantes, o programa foi reconhecido com o 5º lugar na Categoria 1 – Responsabilidade Social do Poder Judiciário.

A premiação valoriza ações inovadoras e eficazes voltadas à promoção dos direitos sociais e da dignidade humana. O reconhecimento nacional reforça a relevância do Programa Novos Caminhos, que há 12 anos atua na transformação de trajetórias de adolescentes acolhidos, por meio da educação, qualificação profissional, acesso à saúde e articulação interinstitucional.



PNC é apresentado na Audiência Pública da 1ª Conferência Internacional para a Sustentabilidade no Sistema de Justiça, promovida pelo CNJ, em outubro de 2024.

Números 2024 e 2025



Em 13nov24, Dra. Daniela Fernandes Dias Morelli discursa durante a cerimônia de Homenagens 2024 da Região Vale do Itapocu, na cidade de Jaraguá do Sul.

Empregabilidade		
	2024	até dezembro/2025
Em Estágio	63	46
Em Aprendizagem	375	325
Empregados Efetivos CLT	58	92
TOTAL	496	463
Empresas contratantes	287	392

Matrículas, por instituição cooperante		
	2024	até dez/2025
FIESC/SENAI	756	605
FIESC/SESI	60	117
Fecomércio/SENAC	145	131

Fecomércio/SESC	71	33
CIEE	272	183
Faesc/SENAR	185	540
TOTAL	1.489	1.609

Matrículas, por instituição parceira da FIESC		
	2024	até dez/2025
Junior Achievement	136	0
Eu Voluntário	618	288
TOTAL	754	288

Saúde e Transporte Fesag, Conselho Gestor das Penas Pecuniárias/TJSC e Eletrobrás		
	2024	até dez/2025
Atendimento Psicológico N. de beneficiados	230	257
Recursos investidos	R\$ 508.844,00	R\$ 850.340,91
Atendimento Psicopedagógico N. de beneficiados	0	11
Recursos investidos	-	R\$ 12.320,00
Transporte N. de beneficiados	127	342
Recursos investidos	R\$ 78.950,00	R\$ 122.266,98

Atendimento Odontológico		
	2024	até dez/2025
Consultórios do Sesi N. atendimentos	172	177
Consultórios do Sesc N. atendimentos	48	42
TOTAL	220	219

Dados Históricos

Nos doze anos de dedicação e trabalho das equipes e atores envolvidos, mais de nove mil crianças e jovens tiveram suas vidas positivamente impactadas, por ocasião das oportunidades criadas através dos eixos de atuação do programa, dentre os quais podemos destacar alguns números conquistados:

- 2.177 jovens encaminhados ao mercado de trabalho, por meio de vagas de estágio, de aprendizagem e de emprego celetista.
- 1.486 empresas parceiras, responsáveis pela abertura de oportunidades de trabalho.
- 17.052 matrículas nos cursos, nas oficinas e nas atividades ofertadas a crianças e adolescentes pelos parceiros institucionais do Programa.
- 6.133 matrículas, viabilizadas por parceiros externos do Novos Caminhos.
- 1.119 adolescentes contemplados por atendimento psicológico (com recursos obtidos por meio do Conselho Gestor das Penas Pecuniárias, da FESAG e da Eletrobrás, representando um investimento de R\$2.445.702,25)
- 1.175 atendimentos odontológicos a crianças e adolescentes (parceria com SESI e SESC)
- 3.168 adolescentes e técnicos das casas de acolhimento contemplados com oficinas e palestras do Programa Eu Voluntário da FIESC
- 1.108 atendimentos em transporte para viabilização da participação dos adolescentes nas atividades do Programa Novos Caminhos (com recursos obtidos por meio da FESAG, representando um investimento de R\$ 291.585,38)
- Doações realizadas às casas de acolhimento e famílias acolhedoras por meio da parceria com Programa Eu Voluntário: 30.809 itens de roupas, alimentação, produtos de higiene pessoal, brinquedos, dentre outros; 394 kits esportivos pelo projeto Tampinhas do Bem; 4.590 itens produzidos por voluntários pelo projeto Retalho do bem;
- Parceria com Arte do Doar do SESC: 5.479 itens de higiene e escolares doados.

Sobre o Programa



Em 22jul25, crianças e adolescentes da Região Sul participaram de trilha promovida pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina

Por meio das instituições cooperantes, o Programa Novos Caminhos atua em quatro frentes de ação. Na primeira frente, “Educação Básica e Profissional”, são ofertados cursos de diversas modalidades. Na Educação Básica é oferecida a Educação de Jovens e Adultos e, para as crianças, a Educação de Contraturno. Na Educação Profissional são oferecidos cursos de Qualificação, Cursos Técnicos e Cursos de Aprendizagem Profissional, que ocorrem em parceria com o SENAI/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, com o SESI/SC - Serviço Social da Indústria, com o SENAC/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, com o SESC/SC - Serviço Social do Comércio, com o SENAR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, com o CIEE/SC - Centro de Integração Empresa-Escola do estado de Santa Catarina e com a entidade GERAR - Geração

de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional.

A segunda frente, “Ações de Vida Saudável”, oferece atendimento psicológico, odontológico, oficinas de nutrição, esporte e de saúde mental, cursos de esportes, dança, arte e cultura. Realiza, também, palestras de saúde e de preparação para a vida autônoma.

Na terceira frente, “Ações de Empregabilidade”, um forte trabalho de sensibilização busca motivar empresários catarinenses a abrirem as portas de seus negócios para dar a oportunidade do primeiro emprego aos adolescentes do programa.

A quarta e última frente do Programa, “Parcerias para outras ações”, objetiva contemplar atividades ainda não previstas nas frentes anteriores.

Uma das parcerias ocorreu com o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, a partir de cursos ministrados pelos consultores da instituição. Tem-se como outra grande importante parceria nesta frente, o Programa *Eu Voluntário* da FIESC, no qual a Federação busca e conecta voluntários para executar atividades aos jovens das Casas de Acolhimento como, por exemplo, os cursos da Junior Achievement e do jogo Travessias da UFSC.

Navegue em nossas mídias e vídeos:

Site do Programa Novos Caminhos:

<https://novoscaminhos-sc.com.br>

Mídias Sociais:

- [Instagram](#)
- [YouTube](#)

Programa Novos Caminhos no Instagram @tjscoficial

E quando o acolhimento chega ao fim... o que acontece com os acolhidos quando completam 18 anos? O programa Novos Caminhos apoia esses jovens. Com oportunidades de estudo, trabalho e moradia, o programa oferece mais do que apoio: oferece futuro

NOTÍCIAS DESTAQUE

2024

26/01 CNJ INSTITUI NOVOS CAMINHOS, DO TJSC, NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS E NO DF

07/03 EMPRESAS DO MEIO-OESTE ABREM SUAS PORTAS COM NOVAS OPORTUNIDADES PARA ADOLESCENTES

13/06 CAFÉ APRESENTA PROGRAMA NOVOS CAMINHOS PARA EMPRESÁRIOS DO EXTREMO SUL DO ESTADO

30/08 PROGRAMA DE SC QUE CONQUISTOU O BRASIL E IMPACTA MILHARES DE JOVENS COMPLETA 11 ANOS

19/11 PROGRAMA NOVOS CAMINHOS HOMENAGEIA ADOLESCENTES E PARCEIROS NO VALE DO ITAPOCU

2025

24/04 PROFISSIONAIS DEFINEM NOVAS ETAPAS DO NOVOS CAMINHOS EM ENCONTRO NO VALE DO ITAJAÍ

09/06 REUNIÃO DO NOVOS CAMINHOS FORTALECE AÇÕES EM PROL DE ADOLESCENTES NO ALTO VALE

01/07 WEBCONFERÊNCIA ESTADUAL DO NOVOS CAMINHOS REÚNE 228 PARTICIPANTES E REFORÇA PARCERIAS

16/09 VISITAS A INDÚSTRIAS DA SERRA INSPIRAM JOVENS ACOLHIDOS A SONHAR COM NOVAS POSSIBILIDADES

02/12 NOVOS CAMINHOS ESTENDEU 'MÃO AMIGA' PARA 135 JOVENS ACOLHIDOS NO GRANDE OESTE, EM 2025

ACESSE AQUI TODAS AS NOTÍCIAS

[↗ Programa Novos Caminhos](#)

2.2. DEPOIMENTO ESPECIAL - LEI N. 13.431/2017



Com a promulgação da Lei Federal n. 13.431 de 4 de abril de 2017, que institui o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) foi designada como unidade responsável pela

estruturação e implementação do Depoimento Especial (DE) nas comarcas catarinenses.

A referida legislação estabelece diretrizes para a escuta protegida de crianças e adolescentes, assegurando a preservação da memória da vítima e a produção qualificada da prova, em ambiente acolhedor e seguro. Além disso, prevê a existência de infraestrutura e espaço físico apropriados ao depoimento especial (Art. 10), a utilização de protocolos de entrevista (Art. 11), a gravação do procedimento em áudio e vídeo (Art. 12 IV), e a capacitação dos profissionais envolvidos de forma interdisciplinar e continuada (Art. 14 § 1º II).

Igualmente relevante, essa normativa busca reduzir o intervalo entre a denúncia e a oitiva judicial e limitar o número de intervenções realizadas com a criança ou adolescente, em conformidade com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990).

Nesse cenário, a CEIJ desenvolveu um projeto para o depoimento especial no PJSC em consonância às boas práticas científicas na escuta de crianças e adolescentes, utilizando-se de protocolos de entrevista investigativa reconheci-

dos internacionalmente para estruturar a metodologia de oitiva e todo o fluxo de trabalho envolvido no depoimento especial.

Ademais, o projeto desenvolvido pela CEIJ também contemplou a realização de cursos de capacitação e supervisão aos magistrados e entrevistadores, observando-se um formato pedagógico que possibilite o aprendizado teórico e prático-vivencial de todo o conteúdo metodológico e jurídico acerca do depoimento especial.

Outro aspecto muito importante que faz parte desse projeto institucional, envolve a adequação das salas de entrevista para a realização do depoimento especial, como ainda, a publicação de normativas e material orientativo e informativo voltadas à padronização e ao aperfeiçoamento das práticas institucionais em todo o estado.

A atuação da CEIJ está, desse modo, alinhada à Resolução CNJ n. 299/2019, que regulamenta o depoimento especial no âmbito do Poder Judiciário, e a atos normativos internos. Nesse sentido, destaca-se a Resolução GP/CGJ n. 21/2020, que reformula as regras do depoimento especial da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina; e a Resolução GP/CGJ n. 02/2021, que trata da capacitação, habilitação e pagamento do profissional externo para a realização de depoimento especial.

No biênio 2024–2025, a CEIJ promoveu relevante avanço na padronização e atualização dos instrumentos normativos que regem o depoimento especial. Uma das primeiras ações, foi a disponibilização aos magistrados e entrevistadores de um guia contendo as principais

informações referentes a cada etapa e técnica utilizadas no procedimento do depoimento especial. Na sequência, foi publicado material orientativo contendo as diretrizes básicas para atuação no depoimento especial, tanto em relação às questões jurídicas como metodológicas. Outras atividades desenvolvidas nessa seara, podem ser observadas abaixo:

- Elaboração da Cartilha do Depoimento especial, com o objetivo de fornecer informações claras e acessíveis às famílias envolvidas em processos judiciais que demandam a tomada de depoimento especial;
- Disponibilização da relação, por comarca, de todos os entrevistadores habilitados para a tomada de depoimento especial;
- Elaboração e publicação da Orientação n. 05/2025 da CGJ, documento orientativo que busca consolidar o fluxo e a metodologia de entrevista adotada em Santa Catarina para o depoimento especial;
- Elaboração de pareceres técnicos e manifestações em resposta a consultas formuladas por setores deste Egrégio Tribunal, magistrados, assessorias, chefias de secretaria e entrevistadores do depoimento especial, com o objetivo de dirimir dúvidas relativas a aspectos procedimentais, à estrutura física e à guarda das mídias;
- Elaboração de minutas de atos administrativos para adequação de fluxos de comunicação;
- Edição de Boletins Informativos mensais, com o objetivo de auxiliar magistrados e entrevistadores na compreensão sobre as diretrizes envolvendo o depoimento especial;

- Elaboração e publicação, em conjunto com a Polícia Civil e o Ministério Público Estadual, do Termo de Convênio n. 104/2024, que celebra a participação desses partícipes na implementação da Lei n. 13.431/2017.

Além dessas ações, a CEIJ manteve atuação constante voltada à adequação do depoimento especial à Recomendação n. 157 do CNJ, que prevê a realização desse procedimento nas ações de família em que se discuta a alienação parental. Nesse contexto, foi elaborada e publicada a Resolução GP/CGJ n. 12/2025, que regulamenta o depoimento especial de crianças e adolescentes nessas ações, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.



Posteriormente, foi disponibilizado o Guia Suporte para o Magistrado e o Entrevistador, reunindo as principais informações sobre cada

etapa do procedimento e sobre as técnicas aplicadas durante a entrevista.

Além da elaboração de materiais informativos e normativas internas, a CEIJ, no exercício de sua função de apoio técnico, realizou reuniões de acompanhamento com magistrados, assessores, cartórios judiciais e entrevistadores, com vistas a orientar sobre aspectos relacionados à infraestrutura (adequação física e tecnológica das salas), à metodologia empregada e aos fluxos de trabalho, destacando-se:

- Orientações para a adequação física e tecnológica das salas destinadas ao depoimento especial;
- Sugestões para o aprimoramento da logística de agendamento das oitivas;
- Instruções sobre o uso do sistema audiovisual e sobre o procedimento de arquivamento das gravações;
- Recomendações para a articulação com as assessorias das unidades judiciárias;
- Apoio técnico a magistrados e entrevistadores quanto à metodologia do depoimento especial e à condução das oitivas.



Depoimento Especial nas Ações de Família: capacitação para entrevistadores, ministrada pelos psicólogos Ricardo Luiz de Bom Maria e Ariane Luíse Bolognini, voltada a servidores do Judiciário catarinense previamente habilitados pela CEIJ para a tomada de depoimento especial.

Essas iniciativas refletem o comprometimento da CEIJ com a efetividade da política pública e a qualidade do atendimento às vítimas e testemunhas de violência, buscando estreitar os laços com todos aqueles envolvidos com o procedimento do depoimento especial, visando aprimorar gradativamente todos os aspectos envolvidos no depoimento especial.

Nesse sentido, um dos principais eixos em torno dos quais a CEIJ estruturou o projeto do depoimento especial, consolidando-o como foco central das ações desenvolvidas, refere-se à capacitação de magistrados e entrevistadores realizada no biênio. Em parceria com a Academia Judicial, a CEIJ promoveu cursos de formação em depoimento especial à servidores, destinados à capacitação de novos entrevistadores, bem como cursos de aperfeiçoamento voltados aos profissionais já habilitados anteriormente, conforme indicado a seguir:

Curso	Objetivo	Número de Turmas realizadas em 2024/2025	Número de profissionais capacitados em 2024/2025
Curso de depoimento especial: entrevista investigativa aplicada ao depoimento especial	Capacitar servidores — psicólogos, assistentes sociais e oficiais da infância e da juventude — para atuarem como entrevistadores na tomada de depoimento especial	2	20
Curso de depoimento especial nas Ações de Família: capacitação para entrevistadores	Capacitar servidores — psicólogos, assistentes sociais e oficiais da infância e da juventude — que já tenham concluído a capacitação inicial em depoimento especial e que atuem como entrevistadores.	2	22
Curso de depoimento especial: atualização e aperfeiçoamento	Atualizar e supervisionar os servidores que atuam como entrevistadores.	10	97

Por sua vez, em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), a CEIJ promoveu cursos de depoimento especial destinado a psicólogos e assistentes sociais não pertencentes ao quadro de pessoal do PJSC, com o intuito de capacitá-los para atuarem como entrevistadores externos, e ainda, cursos de aperfeiçoamento, voltados à supervisão da prática desses profissionais, conforme indicado abaixo:

Curso	Objetivo	Número de Turmas realizadas em 2024/2025	Número de profissionais capacitados em 2024/2025
Curso de depoimento especial: entrevista investigativa aplicada ao depoimento especial	Capacitar psicólogos e assistentes sociais para atuarem como entrevistadores externos na tomada de depoimento especial	2	34
Curso de depoimento especial: atualização e aperfeiçoamento	Atualizar e supervisionar os entrevistadores externos visando a renovação da habilitação	1	20

Em relação aos magistrados, a CEIJ, em parceria com a Academia Judicial, realizou cursos no biênio 2024/2025 com o objetivo de prepará-los para conduzir adequadamente as audiências de depoimento especial, abrangendo tanto ações criminais e de infância e juventude quanto ações de família em que se discuta a alienação parental. Ademais, os cursos oferecidos visam capacitar os magistrados para atuarem como entrevistadores durante as oitivas, em conformidade com o previsto na Lei n. 13.431/2017.

Curso	Objetivo	Modalidade	Número de magistrados capacitados
Curso de Depoimento Especial aos Magistrados	Atualizar os conhecimentos jurídicos e metodológicos sobre o depoimento especial	EAD com aulas síncronas	48
Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes	Preparar para condução das audiências. Capacitar para a condução da oitiva na qualidade de entrevistador.	Semipresencial. Aulas presenciais e estudo em ambiente virtual.	76

Por sua vez, em relação à articulação interinstitucional no período de 2024–2025, a CEIJ intensificou as ações com os órgãos parceiros. Dentre as iniciativas, destacam-se:

Reuniões técnicas com a Polícia Civil, Ministério Público, voltadas à elaboração de minuta de Cooperação, ao aprimoramento dos fluxos e uniformização de procedimentos;

Reuniões com o Ministério Público para debater sobre práticas interinstitucionais afetas ao depoimento especial, envolvendo a participação de juízes, promotores de justiça e entrevistadores;

Reunião com a Justiça Federal, por meio da Seccional de Santa Catarina, para a formalização de termo de convênio com o objetivo de viabilizar a realização do depoimento especial pelos juízes federais, utilizando as salas de oitivas das comarcas do PJSC e contando com entrevistadores externos habilitados pela CEIJ.

No que se refere a indicadores e dados quantitativos, o acompanhamento estatístico constitui ferramenta essencial para a gestão do programa. Ao longo do biênio, a CEIJ consolidou informações encaminhadas pelas comarcas, com destaque para:

Indicador	Número	Observação
Salas estruturadas	113	Todas as comarcas possuem uma sala de entrevista
Comarcas com servidores capacitados	71	63% das comarcas possuem servidor capacitado
Comarcas com entrevistadores externos habilitados	110	89% das comarcas possuem, pelo menos, um entrevistador externo habilitado
Comarcas com servidor capacitado ou entrevistador externo habilitado	112	Todas as comarcas possuem entrevistador apto a tomada do depoimento especial
Entrevistadores capacitados no biênio	76	Desse total, 22 foram capacitados também para o depoimento especial nas ações de família

Entrevistadores supervisionados no biênio por meio de curso	117	Desse total, 20 entrevistadores supervisionais eram profissionais externos.
Depoimentos Especiais realizados em 2024	4.574	-
Depoimentos Especiais realizados em 2025	3.994 (23/10/2025)	-

Os dados revelam a ampliação e o fortalecimento da cultura institucional de proteção, com evolução consistente na padronização das práticas do depoimento especial no âmbito do PJSC. A constante atuação da CEIJ, por meio de cursos, normativas, materiais informativos e atendimentos orientativos, assinalou relevante marco quanto ao estreitamento dos laços entre todos os principais atores envolvidos no depoimento especial, com destaque para a realização de oitivas observando-se as necessidades de crianças e adolescentes e as boas práticas na escuta desses.

Por outro lado, o biênio 2024–2025 também evidenciou desafios que merecem atenção contínua, a fim de evitar a perda de qualidade no depoimento especial e preservar as conquistas realizadas ao longo dos últimos anos, como indicado abaixo:

- Necessidade de manter o trabalho quanto a uniformização da metodologia oficial, tendo em vista que nem todas as unidades judiciárias seguem o protocolo padronizado para o depoimento especial;
- Necessidade de orientar as comarcas quanto a estruturação das salas de entrevista, já que algumas comarcas estruturam as salas de depoimento especial em locais não adequados e/ou com mobília e equipamentos inapropriados;

- Necessidade de ampliar o número de servidores capacitados para a tomada de depoimento especial;
- Necessidade de contemplar todas as comarcas com entrevistadores externos habilitados;
- Necessidade de realizar curso de orientação aos assessores dos magistrados sobre o procedimento do depoimento especial.

Desse modo, para o próximo biênio (2026–2027) a CEIJ pretende, sobretudo, desenvolver as seguintes ações em relação ao depoimento especial:

- Adequar as salas de oitiva em todas as comarcas aos parâmetros estabelecidos;
- Manter os cursos oferecidos para magistrados e entrevistadores;
- Revisar e aprimorar as normativas e material informativo sobre o depoimento especial;
- Fortalecer práticas que visam a uniformização do procedimento de depoimento especial.

As ações desenvolvidas no biênio reafirmam o comprometimento da CEIJ e consequentemente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina com a proteção integral de crianças e adolescentes e com a promoção de práticas judiciais humanizadas, seguras e tecnicamente qualificadas.

O Depoimento Especial consolidou-se, em âmbito estadual, como um instrumento eficaz de escuta protegida, reconhecido não apenas pelo seu caráter técnico, mas também como um exemplo de política pública de alta relevância social, pautada nos princípios de dignidade humana, respeito aos direitos fundamentais e responsabilização institucional. Sua aplicação tem permitido reduzir intervenções repetitivas, minimizar o risco de revitimização e assegurar a efetividade da produção probatória em processos envolvendo crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

A CEIJ manterá sua atuação de forma articulada, integrada e proativa, promovendo o aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos, a uniformização das práticas em todas as regiões do Estado e a capacitação permanente dos profissionais envolvidos, fortalecendo a cultura institucional de proteção infantojuvenil e garantindo a consolidação de um modelo referencial de atendimento seguro, acolhedor e eficiente em Santa Catarina.



NOTÍCIAS DESTAQUE

2024

27/02 PJ AMPLIARÁ CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA COLETA DE DEPOIMENTOS ESPECIAIS EM SC

01/03 PSICÓLOGO DO TRIBUNAL PALESTRA PARA PROMOTORES DO MPSC SOBRE DEPOIMENTO ESPECIAL

29/04 CEIJ LANÇA CARTILHA DO DEPOIMENTO ESPECIAL PARA FAMÍLIAS ENVOLVIDAS EM AÇÕES JUDICIAIS

2025

28/01 PARCERIAS AMPLIAM ALCANCE DE AÇÕES DO TJSC NA PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

08/05 CURSO INÉDITO SOBRE DEPOIMENTO ESPECIAL APLICADO ÀS AÇÕES DE FAMÍLIA INICIA HOJE NA AJ

17/05 PJSC REGULAMENTA DEPOIMENTO ESPECIAL NAS AÇÕES DE FAMÍLIA SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL

15/07 COMO OUVIR SEM MACHUCAR: DEPOIMENTO ESPECIAL ALCANÇA SEU OBJETIVO DE PROTEGER VÍTIMAS

13/10 PALESTRAS EM ITAPOÁ FORTALECEM REDE DE PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA A GRUPOS VULNERÁVEIS

2.3. JUSTIÇA RESTAURATIVA



JUSTIÇA RESTAURATIVA

Durante a gestão 2024–2025, a CEIJ manteve-se à frente da coordenação do Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa (CGIJR), órgão interno responsável pela implantação e expansão da Política Estadual de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Além de fomentar iniciativas em Justiça Restaurativa, o CGIJR exerce papel de assessoramento e supervisão dos Núcleos de Justiça Restaurativa (NJR), acompanhando suas ações, orientando facilitadores e indicando profissionais capacitados para intervenções pontuais em comarcas que ainda não contam com equipe própria.

Em Santa Catarina, as ações de Justiça Restaurativa nas matérias afetas à Infância e Juventude são desenvolvidas em processos de conhecimento envolvendo atos infracionais, com foco na escuta qualificada dos adolescentes e na responsabilização; na execução das medidas socioeducativas, tanto em meio aberto quanto fechado, visando à reconstrução de vínculos; e no ambiente escolar, como estratégia de prevenção de conflitos e fortalecimento da cultura de paz, em consonância com o art. 29-A da Resolução CNJ nº 225/2016, que orienta o fomento e apoio à implementação de programas, projetos e ações de Justiça Restaurativa nas escolas.

Atualmente, o TJSC conta com três Núcleos de Justiça Restaurativa em pleno funcionamento: na Capital, em Lages e em Itajaí.

- O NJR da Capital, sob coordenação do magistrado André Milani atua exclusivamente junto à Vara da Infância e Juventude, com foco na responsabilização de adolescentes autores de atos infracionais, havendo um movimento inicial da unidade em ampliar sua atuação por meio da articulação com escolas da comarca.



Ações do Núcleo de Justiça Restaurativa da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital em escolas da comarca

- O NJR de Lages, coordenado pelo magistrado Alexandre Karazawa Takaschima, embora não atue exclusivamente com a infância e juventude, mantém ações junto às instituições de educação locais e à socioeducação em meio fechado.



Círculo de construção de paz com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado no CASer - Centro Socioeducativo Regional facilitado pelo Magistrado Alexandre Karazawa Takaschima e pelo servidor Ildemar José da Costa

- O NJR de Itajaí, inaugurado durante a atual gestão, em maio de 2024 sob supervisão do juiz Fernando Machado Carboni, também atua em múltiplas frentes, destacando-se a aplicação de práticas restaurativas no contexto da socioeducação em meio aberto, além da articulação com instituições de ensino.



Desembargadora Rosane Portella Wolff e o Magistrado Fernando Machado Carboni entre demais autoridades e convidados locais na cerimônia de instalação do Núcleo de Justiça Restaurativa na Comarca de Itajaí

Além das práticas no âmbito dos Núcleos, um exemplo expressivo da interlocução entre Justiça Restaurativa e ambiente escolar é o programa *Justiça Restaurativa nas Escolas de Camboriú: Diálogo, Pertencimento e Corresponsabilidade*, idealizado pela magistrada Karina Müller, então titular da Vara da Família, Infância, Juventude e Anexos de Camboriú. A iniciativa, que começou a ser planejada no final de 2023 e executada a partir dos primeiros meses de 2024, tem como objetivo a construção de uma política pública municipal voltada à resolução de conflitos escolares por meio de práticas restaurativas.

Recentemente, com o avanço significativo da proposta, foi sancionada a [Lei Municipal nº 3.698/2025, de 10 de outubro de 2025](#), que institui o Programa de Práticas Restaurativas e de Construção de Paz nas Unidades de Ensino Municipais de Camboriú. A norma estabelece a Justiça Restaurativa como política pública permanente nas escolas da rede municipal, representando um marco para a institucionalização e a expansão do programa na comarca.



Ação de sensibilização do Programa Justiça Restaurativa nas Escolas de Camboriú: Diálogo, Pertencimento e Corresponsabilidade

Com o fortalecimento das experiências em Justiça Restaurativa e a crescente confiança no modelo, o CGIJR passou a receber solicitações de suporte para intervenções restaurativas derivadas de processos judiciais em comarcas onde ainda não há facilitadores capacitados. Um exemplo significativo ocorreu no município de Navegantes, onde foram indicados facilitadores para atuar em duas ações judiciais na área da infância e juventude, ambas acompanhadas tecnicamente pelo Comitê. A primeira ação tratava-se de uma medida de proteção envolvendo uma adolescente, cuja intervenção restaurativa teve início em outubro e foi concluída em dezembro de 2024. A segunda referia-se a uma ação de perda e suspensão do poder familiar, com atuação restaurativa iniciada em outubro de 2024 e encerrada em janeiro de 2025.

Esses casos evidenciam a crescente demanda por soluções restaurativas em diferentes regi-

ões do estado, reforçando o compromisso do Comitê com o suporte e a expansão da Justiça Restaurativa no território. Esse aumento na procura por intervenções restaurativas também destaca a importância de continuar investindo na formação de facilitadores.

Como parte das iniciativas de fomento, o Comitê promoveu duas edições da *Formação de Facilitadores: Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência*, com carga horária de 70 horas/aula, oferecida na modalidade semipresencial, com aulas virtuais síncronas e encontros presenciais, atendendo as Diretrizes do Plano Pedagógico Mínimo Orientador para Formações em Justiça Restaurativa do CNJ. O objetivo da formação é capacitar os participantes para atuarem como facilitadores de Justiça Restaurativa. A turma de 2024 foi realizada entre 3 de junho e 12 de julho e a de 2025 ocorreu de 2 de junho a 10 de julho, totalizando 47 facilitadores de Justiça Restaurativa capacitados.

Além disso, foram ofertadas duas turmas do *Curso de Aperfeiçoamento de Facilitadores em Justiça Restaurativa*, também no formato semi-presencial, com aulas síncronas e encontros presenciais. O curso visa atualizar e aprofundar os conhecimentos dos facilitadores, preparando-os para lidar com novos desafios e aplicar as melhores práticas. A primeira edição foi realizada de 11 de junho a 9 de julho de 2024 e a segunda ocorreu entre 7 e 19 de maio de 2025, totalizando 37 facilitadores de Justiça Restaurativa concluintes.

Complementando as ações formativas promovidas pelo Comitê, foi ofertado o curso *Introdução à Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência*, totalmente na modalidade a distância. Voltado à sensibilização para a Justiça Restaurativa, o curso tem como objetivo proporcionar uma compreensão inicial sobre seus fundamentos, princípios e suas possibilidades de aplicação. Em 2025, uma turma ocorreu entre os dias 1º de setembro e 30 de outubro.

O CGIJR compõe ainda o Grupo Gestor de Justiça Restaurativa de Santa Catarina (GGJR-SC), instância interinstitucional que tem como objetivo articular estratégias para a implantação e expansão da Justiça Restaurativa como política pública no estado. O grupo foi instituído a partir do Acordo de Cooperação nº 165/2019, instrumento posteriormente renovado pelo Convênio nº 117/2024.

Além do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), integram o GGJR-SC as seguintes instituições: o Governo do Estado de Santa Catarina, o Ministério Público de Santa Catarina

(MPSC), a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (DPE-SC), a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Santa Catarina (OAB/SC), a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e a Justiça Federal de Santa Catarina (JFSC).

O foco da atuação eleito pelo GGJR-SC para os anos de 2024 e 2025 foi a divulgação e sensibilização sobre a Justiça Restaurativa, com vistas à ampliação do conhecimento e do engajamento institucional. A atuação articulada do grupo tem contribuído para o fortalecimento de uma rede colaborativa e comprometida com a construção de uma cultura de paz em todo o estado.

Entre as ações interinstitucionais realizadas coletivamente pelo Grupo voltados à Infância e a Juventude, tem-se o apoio ao Projeto Escola Restaurativa, que é conduzido pelo MPSC. As demais instituições parceiras do GGJR-SC têm contribuído especialmente por meio da articulação institucional e da disponibilização de servidores capacitados para atuarem como facilitadores de Justiça Restaurativa em ações de sensibilização para o projeto nas escolas.

A tabela a seguir apresenta os municípios que receberam tal etapa do projeto durante os anos de 2024 e 2025, as respectivas datas de realização e o número de facilitadores do TJSC que participaram de cada atividade:

Comarca	Data	Número de Facilitadores
Camboriú	2/2/2024	2
Blumenau	5/3/2024	6
Capivari de Baixo	19/3/2024	3
Navegantes	22/5/2024	6
Rio Negrinho	4/8/2024	5
Santa Rosa do Sul	3/9/2024	2
Urubici	25/3/2025	7
São José	7/5/2025	1
Brusque	10/6/2025	1
Campos Novos	5/8/2025	5
Indaial	26/8/2025	1
Gaspar	12/9/2025	6
Ascurra	2/10/2025	1
Lauro Müller	8/10/2025	7
Taió	25/11/2025	6

Além disso, destaca-se a Semana da Justiça Restaurativa como outra ação coletiva do GGJR-SC, celebrada anualmente na terceira semana de novembro, que tem se consolidado como um espaço de articulação, formação e valorização das práticas restaurativas, por meio de uma programação construída de forma colaborativa pelos membros:

No âmbito de tal iniciativa, foram realizados o 2º Encontro Catarinense de Justiça Restaurativa: Educação para a Cidadania e Construção da Paz, realizado no Ministério Público de Santa Catarina em 22 de novembro de 2024, e o 3º Encontro Catarinense de Justiça Restaurativa,

sediado no Tribunal de Justiça de Santa Catarina nos dias 27 e 28 de novembro de 2025.



Cerimônia de abertura do 3º Encontro Catarinense de Justiça Restaurativa, com a presença do Vice-Diretor Executivo da Academia Judicial, Desembargador Marcos Fey Probst, e da Desembargadora Rosane Portella Wolff, além de demais representantes do Grupo Gestor de Justiça Restaurativa de Santa Catarina

Cabe destacar, ainda, a atuação do TJSC, por meio do CGIJR, na organização de outro evento estadual interinstitucional em parceria com o MPSC, o TCE/SC e a JFSC: o Workshop “Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz”, com a especialista internacional Kay Pranis, realizado nos dias 9 e 10 de setembro de 2024, no Auditório do Tribunal de Contas do Estado.

Todos esses eventos reuniram profissionais de diversas áreas e promoveram reflexões e debates sobre temáticas relevantes, com destaque para a interlocução recorrente entre Justiça Restaurativa e Infância e Juventude, especialmente no campo da educação.

Sobre a Justiça Restaurativa

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concebe a Justiça Restaurativa como “um conjunto organizado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades específicas, cujo objetivo é promover a conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais que motivam conflitos e violência. Por meio desse enfoque estruturado, busca-se resolver conflitos que resultam em danos, sejam estes concretos ou abstratos” (Artigo 1º, [Resolução CNJ n. 225/2016](#)).

Dessa forma, a Justiça Restaurativa é apresentada ao sistema judiciário como um modelo de justiça vivencial, voltado à satisfação das demandas e necessidades dos jurisdicionados, com potencial para humanizar o atendimento e reduzir a judicialização de conflitos sociais.

Em Santa Catarina, o Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa (CGIJR), instância responsável por dar cumprimento às diretrizes e orientações do CNJ — especialmente à [Resolução CNJ n. 225/2016](#) — foi formalmente instituído pela [Resolução TJSC n. 19/2019](#). Seu propósito é construir e consolidar uma Política de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário catarinense. O Comitê é composto por coordenadorias e setores do Tribunal que pos-

suem interface com a temática, contando com representação da Coordenadoria da Infância e Juventude (CEIJ), da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), do Sistema dos Juizados Especiais e do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (COJEPEMEC), além do Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo (GMF), do Núcleo Administrativo da Presidência do TJSC e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Nesse contexto, o CGIJR promove ações integradas voltadas à consolidação da Justiça Restaurativa como política institucional no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina. O Comitê busca ampliar a aplicação das práticas restaurativas para além das questões relacionadas à infância e juventude, explorando seu potencial transformador em diversas áreas de atuação judicial e extrajudicial.

Para acesso às informações detalhadas sobre as atividades desenvolvidas e os avanços alcançados no biênio 2024-2025, está disponível um relatório específico no [Portal Justiça Restaurativa](#), acessível por meio do site oficial do Poder Judiciário de Santa Catarina.

NOTÍCIAS DESTAQUE

2024

06/02 PROJETO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA SENSIBILIZA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM CAMBORIÚ

05/03 NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA ABORDA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COM JOVENS DE LAGES

14/05 PJSC INSTALA, NA COMARCA DE ITAJAÍ, O QUARTO NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO ESTADO

06/06 AJ EXPANDE FORMAÇÃO EM JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA ALÉM DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PJ

09/09 DESA. ROSANE PORTELLA WOLFF ABRE WORKSHOP COM ESPECIALISTA INTERNACIONAL EM JUSTIÇA RESTAURATIVA

2025

27/03 JUSTIÇA RESTAURATIVA DISCUTE BULLYING PARA PROPOR CULTURA DE PAZ EM ESCOLA DA CAPITAL

04/04 GRUPO GESTOR DA JUSTIÇA RESTAURATIVA EM SC QUER AGREGAR NOVAS PARCERIAS EM 2025

02/06 NOVA TURMA DE FORMAÇÃO DE FACILITADORES EM JUSTIÇA RESTAURATIVA INICIOU HOJE NA ACADEMIA JUDICIAL

25/06 PROGRAMA DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO PJSC GANHA DESTAQUE EM EVENTOS NA CAPITAL E SÃO JOSÉ

27/11 NA CAPITAL, ESPECIALISTAS DESTACAM IMPORTÂNCIA DA EMPATIA PARA VIABILIZAR JUSTIÇA RESTAURATIVA

ACESSE AQUI TODAS AS NOTÍCIAS

[↗ Justiça Restaurativa](#)

2.4. PRIMEIRA INFÂNCIA



A atuação da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) no biênio 2024/2025 marcou a consolidação da Política Judiciária para a Primeira Infância no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Embora já houvesse avanços no ciclo anterior (2022/2023), os desdobramentos da Resolução GP n. 61, de 28 de setembro de 2023,

que instituiu o Comitê Gestor da Política Judiciária para a Primeira Infância (COGEPI), foram determinantes para estruturar a política de forma permanente e institucionalizada no âmbito do Judiciário catarinense.

Presidido pela desembargadora Rosane Portella Wolff, o comitê passou a funcionar como instância permanente de governança da política institucional. O COGEPI é composto pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo (GMF), pela Coordenadoria Estadual do Sistema dos Juizados Especiais e do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (COJEPEMEC) e pelo Comitê de Gestão Institucional de Justiça Restaurativa, além de representantes da Presidência e da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ).

A partir de 2024, passaram a integrar o comitê representantes da Justiça Federal (TRF4) e, em 2025, da Justiça do Trabalho (TRT12), na qualidade de cooperadores interinstitucionais. A

ampliação da composição reforçou a perspectiva intersetorial da política ao incorporar competências, experiências e visões institucionais distintas ao processo de formulação, execução e monitoramento das ações. A articulação entre os diversos segmentos do sistema de justiça revela-se essencial para a efetividade das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil.

A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) exerce a função de secretaria executiva do COGEPI, sendo responsável pela coordenação das reuniões, lavratura das atas, articulação entre os órgãos integrantes e acompanhamento da execução das ações previstas no plano de ação. Também atua na sistematização das atividades pactuadas, no apoio técnico aos eixos temáticos e na promoção da articulação interinstitucional necessária à efetividade da política, prestando suporte contínuo ao comitê e subsidiando seus membros com informações qualificadas.

A implementação da política judiciária é conduzida por uma equipe técnico-científica composta por servidores indicados pelas unidades integrantes. Essa equipe adota uma metodologia colaborativa e participativa, com reuniões realizadas de forma remota pela plataforma Microsoft Teams, o que garante uma dinâmica de trabalho frequente, ágil e integrada.

Os encontros ocorrem em dois formatos: reuniões ampliadas com toda a equipe técnica e reuniões temáticas organizadas por eixo do plano de ação. Essas últimas se dedicam à análise individualizada de cada ação, possibilitando avaliações mais aprofundadas, a identificação de entraves e a deliberação sobre ajustes, desdobramentos e estratégias de implementação.

Além desses encontros técnicos, realiza-se anualmente uma reunião presencial com todos os membros do comitê, voltada à avaliação global da política e ao alinhamento estratégico.

As atividades desenvolvidas no ano de 2024

Em 2024, a CEIJ coordenou o processo de elaboração do Plano de Ação da Política Judiciária Estadual para a Primeira Infância. O plano foi construído de forma interinstitucional, participativa e colaborativa, respeitando a natureza interseccional da matéria, que demanda a integração de diferentes áreas do conhecimento e instâncias do sistema de justiça. Aprovado pela Presidência do TJSC em 06 de junho de 2024, foi estruturado inicialmente em seis eixos temáticos e incluiu mais de 60 ações estratégicas — de curto, médio e longo prazo — com prazos definidos, órgãos responsáveis, produtos esperados e marcos legais associados.

Sua elaboração foi guiada pela realidade catarinense, pelos marcos normativos nacionais e por evidências científicas que demonstram o impacto das decisões judiciais nos primeiros anos de vida das crianças, tomando como base o diagnóstico realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Plano Nacional da Primeira Infância no âmbito do Poder Judiciário.

A implementação do plano de ação teve início no segundo semestre de 2024, possibilitando avanços concretos na efetivação da política. Entre as iniciativas realizadas nesse período, destacam-se:

- Programa Registre-se!,
- Campanha institucional “Se renda à infância”
- Inspeções voltadas à proteção de gestantes e crianças em unidades prisionais e de internação
- Provimento de novo servidor para o cargo de psicólogo judicial na comarca de Araranguá.

O acompanhamento da implementação das ações pelas unidades responsáveis passou a ser realizado por meio de uma planilha de gestão compartilhada no ambiente do Microsoft Teams, permitindo a atualização contínua pelas equipes envolvidas, a visualização integrada das ações por eixo temático, status de execução, órgãos responsáveis e produtos entregues, além de promover maior transparência e eficiência na execução do plano. As unidades responsáveis promoveram o preenchimento dos marcos mensais da planilha com o registro das atividades desenvolvidas para a implementação das ações sob sua responsabilidade, garantindo o fluxo contínuo de informações e possibilitando o monitoramento técnico da política.

Ainda em 2024, a CEIJ participou do Seminário Comemorativo de cinco anos do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizado em Brasília, no mês de agosto, promovendo o intercâmbio de experiências entre Tribunais de Justiça e o fortalecimento da articulação nacional.

Também foram ofertadas duas turmas do curso ‘Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas’ — uma para magistrados e outra para servidores —, totalizando 80 profissionais capacitados, sob a condução do juiz Hugo Zaher, referência nacional no tema.

Além disso, ao longo de 2024, foram realizadas 18 reuniões da equipe técnica do COGEPI, conforme demonstrado no quadro a seguir:

AGENDA DE REUNIÕES DO COGEPI - 2024	
Data	Unidades Participantes

22/02/2024	Equipe técnica do COGEPI
8/03/2024	Equipe técnica do COGEPI
18/03/2024	Equipe técnica do COGEPI
04/04/2024	Equipe técnica do COGEPI
18/04/2024	Equipe técnica do COGEPI
26/04/2024	TRF 4 e CEIJ
16/05/2024	TRF 4 e CEIJ
21/06/2024	TRF 4 e CEIJ
11/07/2024	Equipe técnica do COGEPI
24/07/2024	Membros do COGEPI
27/08/2024	Equipe técnica do COGEPI
11/09/2024	Eixo 3 - CEIJ, CEJA e CGJ
25/09/2024	Eixo 1 - CEIJ, GMF, CGJ
07/10/2024	Eixo 2 - CEIJ e COJEPEMEC
15/10/2024	Eixo 5 - CEIJ, Comitê JR e CGJ
17/10/2024	Eixo 2 - CEIJ e COJEPEMEC
18/10/2024	Eixo 6 - CEJ e Justiça Federal
28/11/2024	Equipe técnica do COGEPI



Desembargadora Rosane Portella Wolff em reunião do COGEPI realizada em 24 de julho 2024 na sede do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Por fim, destaca-se que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina obteve a pontuação máxima no Prêmio CNJ de Qualidade - 2024, no eixo relacionado à Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância e à estruturação das varas da Infância e Juventude (art. 9º, XXV). Esse resultado confirma a consolidação da política no estado e reconhece o protagonismo da CEIJ na articulação, execução e monitoramento das medidas estratégicas.

As atividades desenvolvidas no ano de 2025

Em 2025, as ações se concentraram na atualização do plano de ação e na continuidade de sua implementação. A revisão do plano atendeu à exigência de atualização anual prevista na Resolução CNJ n. 470/2022 e foi impulsionada pela experiência acumulada no primeiro ciclo de execução, em 2024, que revelou a conveniência de desmembrar ações, reorganizar iniciativas, criar novos eixos temáticos e ajustar prazos e produtos. Ademais, sem desconsiderar as especificidades locais, manteve-se o alinhamento dos trabalhos do Cogepi com as diretrizes do Plano Nacional de Ações da Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância (Resolução CNJ n. 585/2024).

Como resultado, o Plano de Ação da Política Judiciária para a Primeira Infância – 2025, passou a abranger oito eixos temáticos, incluindo os novos eixos da Justiça do Trabalho e da Justiça Restaurativa, e mais de 80 ações estratégicas. O documento consolidou-se como o principal instrumento de efetivação da política institucional relacionada à primeira infância, ao reunir, de forma articulada, as ações, prazos, produtos e unidades responsáveis.

Para ampliar o acesso à informação e fortalecer o engajamento institucional, o plano de ação foi diagramado em formato visual e sintético e distribuído em versão impressa aos desembargadores integrantes do TJSC, além de encaminhado em meio digital às comarcas, por mensagem eletrônica. A versão digital também está disponível na página eletrônica do Tribunal, [em link específico do Plano de](#)

[Ação da Política Judiciária para a Primeira Infância – 2025 \(TJSC\).](#)

Paralelamente, a implementação das ações previstas teve continuidade ao longo do ano, com o acompanhamento sistemático realizado por meio da planilha de gestão compartilhada no ambiente do Microsoft Teams. Consolidada como ferramenta essencial de monitoramento integrado, a planilha permite às unidades responsáveis registrar mensalmente as atividades desenvolvidas, viabilizando o acompanhamento da implementação de forma contínua, organizada e transparente.

Ainda no campo da gestão e do aprimoramento tecnológico, destaca-se o aperfeiçoamento do sistema Eproc, desenvolvido em parceria com a Justiça Federal. A iniciativa aprimorou a identificação de processos que envolvam uma mesma criança em diferentes unidades judiciais, por meio da criação do campo “criança interessada” e de tarja, contribuindo para decisões mais articuladas, céleres e alinhadas ao princípio do melhor interesse da criança.

No conjunto das ações implementadas em 2025, também merecem destaque:

- Continuidade do programa Registre-se!
- Campanha institucional Alimenta SNA
- Mobilização interna “Se renda à infância”
- Participação no Programa Acelera

- Inspeções em unidades prisionais e de internação com foco em gestantes, lactantes e crianças pequenas
- Promoção da aprendizagem para mães adolescentes em medida socioeducativa
- Instalação de banheiro família ou fraldários nos fóruns
- Aquisição de equipamentos de segurança para o transporte seguro de crianças durante as diligências judiciais

Em razão do Prêmio CNJ de Qualidade 2025 e visando à ampliação das equipes multidisciplinares, foi realizada a designação de novos psicólogos judiciais para atuação especializada nas comarcas de Caçador e Xanxerê, fortalecendo o atendimento técnico às demandas da infância e juventude e aprimorando a efetividade da Política Judiciária para a Primeira Infância no âmbito do TJSC.

Em parceria com a Academia Judicial, a CEIJ coordenou ações formativas voltadas à qualificação dos profissionais do Judiciário. Em 2025, foram ofertadas três turmas do curso “Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas”, sendo uma para magistrados e duas para servidores, totalizando 120 profissionais capacitados — 20 magistrados e 100 servidores —, sob a orientação do juiz Hugo Zaher, referência nacional no tema.

Outra ação desenvolvida pelo COGEPI, a Cartilha da Primeira Infância foi elaborada em linguagem acessível e destinada às famílias, profissionais da rede de proteção e integrantes do Sistema de Justiça, com o propósito de aproximar o tema da realidade cotidiana e

estimular o engajamento coletivo. O material apresenta, de forma didática, tópicos como “O que é a primeira infância?”, “Por que essa fase é tão importante?”, “O que o Judiciário tem a ver com isso?” e “E na sua cidade, o que pode ser feito?”, incentivando a reflexão e a corresponsabilidade na promoção dos direitos das crianças. A cartilha está disponível na página eletrônica do TJSC em versão digital, em link específico Cartilha da Primeira Infância. A versão impressa foi distribuída às comarcas do Estado, ampliando o alcance das orientações e fortalecendo a disseminação de informações sobre a importância da primeira infância.



Como estratégia de sensibilização contínua, a CEIJ lançou, a partir de agosto de 2025, o “Boletim da Primeira Infância”, publicação mensal que aborda temas atuais com enfoque prático, trazendo orientações, reflexões e exemplos

aplicáveis ao cotidiano judicial. Cada edição aborda um tema atual, com linguagem acessível e enfoque prático, trazendo orientações, reflexões e exemplos de aplicação no cotidiano judicial. O boletim é divulgado na página eletrônica do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e também enviado por mensagem eletrônica à magistrados, servidores e parceiros institucionais. A iniciativa se consolidou como um instrumento permanente de formação,

orientação técnica e mobilização em torno da primeira infância no âmbito do Poder Judiciário catarinense.

Em complemento às ações desenvolvidas, foi promovido o ciclo de lives “Agosto Verde – Mês da Primeira Infância”, transmitido ao vivo pelo canal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no YouTube.



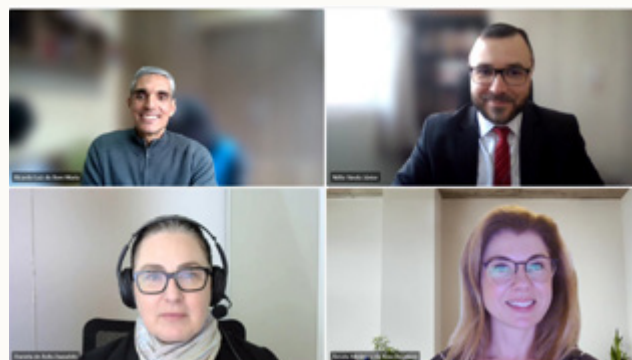
Primeira “live” realizada pelo canal do TJSC no Youtube. Na imagem, a Desembargadora Rosane Portella Wolff (parte de cima - à direita), da Professora Josiane Petry da UFSC (parte de baixo - à esquerda), da servidora da CEIJ Renata Perottoni (parte de baixo - à direita) e da jornalista do TJSC Sintia Aparecida Girard (parte de cima - à esquerda).

A iniciativa teve como propósito ampliar a conscientização sobre a relevância da primeira infância e fortalecer o compromisso do Sistema de Justiça com a efetivação dos direitos das crianças de zero a seis anos. As transmissões reuniram especialistas do Judiciário, da psicologia e da direito, em um espaço de diálogo intersetorial e formativo, que destacou os avanços, desafios e perspectivas na consolidação da Política Judiciária para a Primeira Infância em Santa Catarina, conforme quadro a seguir:

Live / Tema	Data e Horário	Objetivo
-------------	----------------	----------

Live 1 – Primeira Infância: Avanços e Desafios Assista aqui	18/08/2025	Refletir sobre avanços e desafios do Marco Legal da Primeira Infância e reforçar o compromisso institucional com a proteção integral.	Des. Rosane Portella Wolff (CEIJ/TJSC) Profa. Josiane Petry (UFSC) Renata Perotoni (CEIJ/TJSC)	Lançamento oficial da campanha Agosto Verde 2025.
Live 2 – Primeira Infância: Sistema de Justiça em Ação Assista aqui	15/09/2025 18h às 19h	Apresentar iniciativas e práticas do sistema de justiça voltadas à efetivação dos direitos da primeira infância.	Joana Ribeiro (TJSC) Mateus Minuzzi (MPSC/CIJE) Mariana Macêdo (DPESC/NIJID)	Diálogo interinstitucional entre Judiciário, Ministério Público e Defensoria sobre práticas integradas e protetivas
Live 3 – Infância Protegida, Adultização e o Papel do Judiciário Assista aqui	29/10/2025 19h às 20h	Discutir o fenômeno da adultização infantil e promover práticas judiciais alinhadas ao desenvolvimento infantil.	Des. Rosane Portella Wolff (CEIJ/TJSC) Dra. Aline Riboli Marasca (Psicóloga/ UFRGS) Dr. Ricardo Luiz De Bom Maria (CEIJ/TJSC)	Lançamento da Cartilha da Primeira Infância em comemoração ao Mês das Crianças.

Ao longo do segundo semestre de 2025, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina (OAB/SC), a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (DPE/SC) e o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) passaram a integrar o Comitê Gestor da Política Judiciária para a Primeira Infância (COGEPI), com o propósito de fomentar a intersectorialidade e fortalecer a articulação entre as instituições que compõem o Sistema de Justiça. As entidades acolheram o convite para participar da construção e do aprimoramento do Plano de Ação da Política Judiciária para a Primeira Infância, contribuindo de forma ativa para o alinhamento de estratégias e o fortalecimento das ações conjuntas voltadas à proteção integral das crianças na primeira infância.



Reunião on-line da equipe técnica do cogepe realizada para tratar da implementação do Plano de Ação. Na imagem, os servidores da CEIJ, Ricardo Luiz De Bom Maria e Renata Perotoni (primeiro à esquerda em cima e última embaixo à direita, respectivamente), o servidor Nélcio Varela Junior da CGJ (segundo à direita em cima) e a servidora Daniela de Ávila Zawadzki do COGEPEMEC (terceira à esquerda embaixo).

A consolidação de todo esse processo foi marcada por encontros frequentes da equipe técnica e reuniões temáticas por eixo, além do encontro anual dos membros do Comitê Gestor da Política Judiciária para a Primeira Infância (COGEPI), conforme agenda a seguir:

AGENDA DE REUNIÕES DO COGEPI - 2025	
Data	Unidades Participantes
16/01/2025	CEIJ e TRT 12
07/02/2025	CEIJ e TRT 12
13/02/2025	Equipe técnica do COGEPI
14/02/2025	TRF 4 e CEIJ
06/03/2025	Eixo 5 - CEIJ e Comitê JR
10/03/2025	CEIJ e TRT 12
13/03/2025	Eixos 1 e 4 - CEIJ, GMF e CGJ
19/03/2025	Eixo 2 - CEIJ, COJEPEMEC e CEVID
21/03/2025	Eixo 8 - CEIJ e Comitê JR
27/03/2025	Eixo 3 - CEIJ, CEJA e CGJ
1º/04/2025	Eixos 1 e 4 - CEIJ, CGJ e GMF
03/04/2025	Eixo 5 - CEIJ, CGJ e CEVID
08/04/2025	Eixo 2 - CEIJ, COJEPEMEC e CEVID
06/05/2025	CEIJ e TRT 12
14/05/2025	Equipe técnica do COGEPI
14/05/2025	TRF 4 e CEIJ
09/07/2025	CEIJ e TRT 12
22/07/2025	Membros do COGEPI
06/08/2025	Equipe técnica do COGEPI

08/08/2025	CEIJ e OAB
13/08/2025	Eixo 8 - CEIJ e JR
15/08/2025	Eixo 2 - CEIJ, CEVID e COJEPEMEC
20/08/2025	CEIJ e DPE
21/08/2025	Eixo 3 - CEIJ, CEJA e CGJ
27/08/2025	Eixo 4 - CEIJ, GMF, CGJ e COJEPEMEC
27/08/2025	Eixo 5 - CEIJ, CGJ e CEVID
28/08/2025	Eixo 1 - CEIJ, GMF e CGJ
08/09/2025	TRF 4 e CEIJ
26/09/2025	DPE e CEIJ
29/09/2025	CEIJ e OAB/SC
07/10/2025	CEIJ e TRT 12
07/10/2025	CEIJ e MPSC
31/10/2025	DPE e CEIJ
5/11/2025	CEIJ e OAB/SC
26/11/2025	Equipe técnica do COGEPI
26/11/2025	CEIJ e TRT 12

Por fim, registre-se que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina alcançou, em 2025, a pontuação máxima no Prêmio CNJ de Qualidade no eixo referente à Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância e à organização das Varas da Infância e Juventude (art. 9º, XXV).

Dessa forma, o biênio 2024/2025 representou a transição da primeira infância de uma pauta emergente para uma política pública institucionalizada no Judiciário catarinense. Com diretrizes consolidadas, instâncias de governança estruturadas e ações intersetoriais em execução, o período foi marcado pelo fortalecimento do planejamento, pela articulação com diferentes

setores e pela implementação de práticas concretas alinhadas às evidências científicas e aos marcos legais de proteção à infância.

Ao liderar esse processo, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude reafirma seu papel estratégico na coordenação da política, na articulação com os diversos ramos da Justiça e na promoção de uma atuação integrada,

voltada à garantia do desenvolvimento integral das crianças desde os primeiros anos de vida.

Consolidar a Política Judiciária para a Primeira Infância é, para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, mais do que uma diretriz institucional: é a expressão de um compromisso contínuo e efetivo com a prioridade absoluta da infância.



Reunião dos membros do COGEPI realizada na sede do TJSC em julho de 2025, sob a coordenação da Desembargadora Rosane Portella Wolff.

NOTÍCIAS DESTAQUE

2024

20/03 CEIJ INICIA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

05/04 JUDICIÁRIO DE SC É CAPACITADO PELO CNJ PARA ATUAÇÃO NO PACTO NACIONAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

07/05 CEIJ, EM REUNIÃO COM A JUSTIÇA FEDERAL, DEBATE MINUTA DO PLANO DE AÇÃO PARA 1ª INFÂNCIA

27/06 JUSTIÇA DE SC JÁ TEM PLANO DE AÇÃO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA, COM CINCO EIXOS DE ATUAÇÃO

24/07 PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA JUDICIÁRIA ESTADUAL PARA A 1ª INFÂNCIA JÁ É REALIDADE EM SC

16/09 CEIJ E AJ LANÇAM CURSO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS

2025

01/04 UM GESTO MUITAS INFÂNCIAS: CAMPANHA INCENTIVA DESTINAR PARTE DO IR A QUEM MAIS PRECISA

05/05 TJSC LANÇA CURSO MARCO LEGAL DA 1ª INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS PARA JUÍZES

27/06 PJSC ATUALIZA PLANO DE AÇÃO DA 1ª INFÂNCIA, QUE PASSA A CONTAR COM 8 EIXOS TEMÁTICOS

12/08 LIVE DA JUSTIÇA CATARINENSE DISCUTE AVANÇOS E DESAFIOS NA PROTEÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

LIVES:

15/09 LIVE PRIMEIRA INFÂNCIA: SISTEMA DE JUSTIÇA EM AÇÃO

23/10 LIVE DISCUTE A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA, A ADULTIZAÇÃO PRECOCE E O PAPEL DO JUDICIÁRIO

29/10 LIVE PRIMEIRA INFÂNCIA: INFÂNCIA PROTEGIDA, ADULTIZAÇÃO E O PAPEL DO JUDICIÁRIO

ACESSE AQUI TODAS AS NOTÍCIAS

[↗ Primeira Infância](#)

2.5. CONHECER PARA SE PROTEGER



Nas últimas décadas, a sociedade tem vivido uma profunda revolução tecnológica e digital, que transformou as relações humanas e os modos de interação social. A internet e os inúmeros aplicativos e ferramentas de comunicação proporcionam acesso instantâneo à informação e ao conhecimento, promovendo a integração entre culturas e a expansão de saberes.

Por outro lado, o uso inadequado das tecnologias da informação e comunicação tem provocado graves impactos sociais, especialmente no que tange à segurança digital e à proteção de crianças e adolescentes. O anonimato e a sensação de impunidade que permeiam o ambiente virtual favorecem práticas ilícitas, como o aliciamento, a exploração sexual infantojuvenil, a propagação de discursos de ódio e a instigação de comportamentos autodestrutivos.

A assimetria de poder entre predadores digitais e vítimas, somada à ausência de filtros de idade eficazes nas plataformas, evidencia a urgência de ações integradas de prevenção e conscientização.

Nesse contexto, a CEIJ identificou a necessidade de ampliar o escopo de atuação, diante do expressivo aumento de crimes digitais praticados contra crianças e adolescentes. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) tenha sido atualizado para incluir novos tipos penais relacionados a crimes cibernéticos, a legislação, por si só, não é suficiente para garantir a proteção integral. A efetividade dessa proteção exige articulação entre Estado,

sociedade e família, com foco em ações educativas, formativas e preventivas.

Assim, sob esse foco, em 2019, a CEIJ buscou a parceria da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, que também manifestava preocupação com o aumento das situações de violência nas escolas e com a carência de referenciais teóricos e metodológicos que auxiliassem os profissionais da educação a abordar, em sua prática pedagógica, os desafios decorrentes do uso inadequado da internet. Dessa aproximação institucional resultou o Termo de Convênio n. 140/2019, uma iniciativa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), por meio da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) e do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS/TJSC), em parceria com a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (PCSC) e a Secretaria de Estado da Educação (SED/SC).

Essa articulação interinstitucional possibilitou a execução de ações conjuntas, voltadas à educação digital, à prevenção de crimes e à promoção da cidadania no ambiente virtual e avançaram no decorrer de 2019, quando, em razão da pandemia, precisaram ser suspensas.

Encerrado o prazo de vigência do convênio, em julho de 2024, as instituições parceiras reafirmaram o compromisso de dar continuidade à iniciativa. Assim, em janeiro de 2025, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica n. 7/2025, que marca a consolidação e o fortalecimento do Programa Conhecer para se Proteger.



Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica
n. 7/2025

O programa, atualmente, objetiva implementar ações educativas, preventivas e de combate aos crimes praticados no ambiente digital, especialmente aqueles que exponham adolescentes a situações de risco. É destinado prioritariamente a adolescentes do 1º e 2º anos do ensino médio das escolas da rede estadual de ensino de Santa Catarina.

As ações se materializam por meio de palestras expositivas e de rodas de conversa, que visam conscientizar estudantes sobre o uso seguro e responsável da internet, além de capacitar profissionais da segurança pública, do Poder Judiciário e da educação para atuar na prevenção e enfrentamento desses delitos.



Estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos aos estudantes:

- Evitar a auto exposição;
- Orientar sobre a Utilização racional da internet, aplicativos e redes sociais;
- Evitar a difusão de informações falsas, violentas ou incentivadoras de bullying;
- Conhecer as vulnerabilidades dos principais aplicativos utilizados;
- Compreender os riscos da automutilação e do suicídio provocados por conteúdos digitais.
- Expor as estratégias utilizadas por predadores digitais;
- Reforçar os mecanismos de denúncia e comunicação com as autoridades.

A coordenação geral do Programa Conhecer para se Proteger é da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ/TJSC), com

apoio do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS/TJSC), em articulação com as Coordenadorias Regionais de Educação e as Delegacias Regionais de Polícia Civil.

As rodas de conversa e palestras são conduzidas por agentes da Polícia Civil, nas unidades escolares ou em espaços definidos pela direção das instituições.

Dentre as atribuições e responsabilidades dos convenientes definiu-se o que segue:

PODER JUDICIÁRIO

- Capacitação de público interno (magistrados e servidores).
- Execução das palestras nas unidades escolares, pelo NIS.

POLÍCIA CIVIL

- Capacitação de público interno (policiais civis).
- Execução das rodas de conversas.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- Capacitação de público interno (professores e servidores)
- Organização da realização das palestras e rodas de conversas
- Realizar reunião técnica de orientação com os coordenadores NEPRE UE e equipe pedagógica das escolas que participarão do programa
- Indicação das turmas para a realização das atividades

A partir de 2025 o programa tem como meta inicial atingir ao menos uma instituição de ensino fundamental ou médio nos seguintes municípios de Santa Catarina: Florianópolis, São José, Joinville, Blumenau, Itajaí, Tubarão, Criciúma, Rio do Sul, Lages, Mafra, Caçador, Joaçaba, Chapecó, São Miguel do Oeste, Concórdia, Jaraguá do Sul, Xanxerê, Brusque, Laguna, Araranguá, Ituporanga, São Bento do Sul, Canoinhas, Porto União, Curitibanos, Videira, Campos Novos, São Joaquim, São Lourenço do Oeste, Balneário Camboriú, Palhoça e Maravilha.

As cidades mencionadas foram selecionadas por sediarem Delegacias Regionais de Polícia Civil, com exceção de Florianópolis, que é diretamente subordinada à Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis, e por possuírem Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI) em seus territórios.

A abrangência poderá ser ampliada progressivamente para outras unidades escolares da rede estadual de ensino.

Em 2025, até o final de outubro, foram atendidas 22 escolas públicas estaduais, alcançando 4.723 estudantes por meio de palestras e rodas de conversa. Até o encerramento do ano, está prevista a ampliação dessas ações para mais 8 unidades escolares, beneficiando aproximadamente 947 estudantes.

Além disso, foram realizadas palestras em 4 instituições de ensino das redes federal e particular, com a participação de 920 estudantes. Também houve participação expositiva em um seminário voltado a profissionais da saúde, com apresentação em formato de palestra.



O Programa CONHECER representa um marco institucional na promoção da cidadania digital e na proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente virtual.

Ao unir esforços entre o Poder Judiciário, a Segurança Pública e a Educação, o programa reafirma o compromisso do Tribunal de Justiça de Santa Catarina com a prevenção da violência, a formação crítica dos jovens e o fortalecimento da rede de proteção.

A educação digital é o caminho mais eficaz para transformar o ambiente virtual em um espaço de convivência ética, segura e responsável, alinhado aos valores de respeito e dignidade humana que norteiam a atuação do TJSC.

NOTÍCIAS DESTAQUE

2025

28/01 PARCERIAS AMPLIAM ALCANCE DE AÇÕES DO TJSC NA PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

07/04 PJSC AMPLIA AÇÕES CONTRA BULLYING E VIOLÊNCIA ESCOLAR EM PARCERIA COM REDES DE ENSINO

25/04 TJSC E PARCEIROS LANÇAM INICIATIVA INÉDITA DE COMBATE A CRIMES DIGITAIS EM ESCOLAS

28/04 TJSC LANÇA EM CRICIÚMA PROGRAMA PARA PROTEÇÃO DE ADOLESCENTES CONTRA CRIMES DIGITAIS

12/07 ECA: DESAFIOS DA PROTEÇÃO INTEGRAL NO AMBIENTE DIGITAL - ARTIGO PUBLICADO PELA DESEMBARGADORA ROSANE PORTELLA WOLFF NA COLUNA OPINIÃO DO LEITOR DO JORNAL ND MAIS

16/07 INFÂNCIA CONECTADA: OS DESAFIOS DA PROTEÇÃO DIGITAL NOS 35 ANOS DO ECA: BRASIL É O SEGUNDO PAÍS DO

MUNDO COM MAIOR NÚMERO DE CASOS DE CYBERBULLYING

18/12 PROGRAMA DO TJSC ALCANÇA MAIS DE 6 MIL ESTUDANTES E DIFUNDE COMBATE À VIOLÊNCIA DIGITAL



3. AÇÕES DESENVOLVIDAS

No biênio 2024–2025, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) desenvolveu e apoiou diversas ações institucionais voltadas à promoção, orientação e fortalecimento da proteção integral de crianças e adolescentes no âmbito do Poder Judiciário catarinense.

As iniciativas a seguir refletem uma atuação estratégica, de caráter preventivo, pedagógico e articulador, abrangendo campanhas de conscientização, aprimoramento da comunicação

institucional, produção de materiais informativos e qualificação de fluxos e procedimentos. Tais ações evidenciam o compromisso da CEIJ com a disseminação de informações acessíveis, a indução de boas práticas e o fortalecimento da rede de proteção, contribuindo para uma atuação mais eficiente, integrada e orientada às necessidades da sociedade.

3.1. CAMPANHA ALUSIVA AO DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Instituído pela Lei Federal nº 9.970/2000, o dia 18 de maio marca o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, data que visa mobilizar a sociedade para a proteção integral desse público. Durante o período da pandemia, observou-se um agravamento das situações de violência, em razão do maior tempo de permanência em casa e da ausência de mecanismos de proteção escolar e comunitária.

Nesse contexto, a campanha Maio Laranja tem como propósito informar, sensibilizar e engajar a sociedade no enfrentamento à violência

sexual contra crianças e adolescentes. [Na página da CEJ sobre a campanha](#) são disponibilizados materiais informativos e canais de denúncia, em especial o Disque 100.



O biênio foi marcado por inúmeras ações realizadas por servidores e magistrados de todas as comarcas catarinenses fazem parte da campanha nacional Maio Laranja. Em destaque, ação realizada na Comarca de Campo Erê.



Com o objetivo de ampliar a divulgação da campanha e promover ações preventivas, a CEIJ realizou a distribuição de materiais informativos, com destaque para a cartilha “Super Adultos de Confiança”, elaborada com linguagem acessível e voltada diretamente ao público infantojuvenil. A cartilha busca fortalecer vínculos de confiança e orientar sobre situações de risco, contribuindo para a prevenção de casos de abuso e exploração sexual.

No biênio 2024-2025 foram distribuídas aproximadamente 60 mil cartilhas Super Adultos de Confiança e cerca de 5 mil cartazes “Disque 100 contra a violência sexual” (modelo 1 e modelo 2), reforçando o compromisso da CEIJ com a proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

NOTÍCIAS DESTAQUE

2024

17/05 MAIO LARANJA: COMARCAS CATA-
RINENSES SE MOBILIZAM NO COMBATE À
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

23/05 COMARCAS DO OESTE E NORTE RE-
ALIZAM AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA
SEXUAL INFANTOJUVENIL

01/08 CONSELHO TUTELAR USA CARTI-
LHAS DA CEIJ PARA DEBATER ABUSOS SEXU-
AIS EM ESCOLAS DE BRUSQUE

2025

16/05 TJSC DISTRIBUI CARTILHAS NO DIA
DE COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE
CRIANÇAS E JOVENS

10/06 MAIS DE 1 MIL CARTILHAS DO TJSC
SÃO DISTRIBUÍDAS EM AÇÃO DE PROTEÇÃO
À INFÂNCIA NA SERRA

3.2. AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM

No biênio 2024/2025, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) manteve e aprimorou a gestão da seção “Autorização de Viagem” no portal institucional do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, uma das páginas mais acessadas do sítio eletrônico do TJSC. A iniciativa integra o eixo de assessoramento e comunicação institucional, voltado à disseminação de informações técnicas e à padronização de orientações destinadas a magistrados(as), servidores(as) e ao público em geral.

O elevado número de acessos e de consultas recebidas por e-mail e telefone, inclusive de servidores do próprio Poder Judiciário, evidencia a relevância do tema e a necessidade de conteúdos atualizados, claros e acessíveis, capazes de evitar transtornos como o impedimento de embarque por ausência de documentação adequada.

Atenta a essa demanda, a CEIJ promoveu revisão integral da seção, atualizando as orientações conforme as normas vigentes e reorganizando o conteúdo em tópicos específicos: viagem nacional, viagem internacional, autori-

zação eletrônica (AEV), passaporte, hospedagem de crianças e adolescentes e alvarás para eventos.

Em 2025, esse trabalho resultou em reformulação estrutural e visual do portal, que passou a contar com layout responsivo e acessível, passo a passo detalhado e modelos de formulários.

As ações da CEIJ nessa área têm caráter preventivo, pedagógico e orientador, buscando sempre que possível a desjudicialização das autorizações por meio da via extrajudicial. Essa estratégia contribui para a redução de demandas judiciais desnecessárias e para o desafogamento dos plantões judiciais, especialmente em períodos de grande movimentação, como férias escolares e feriados prolongados.

Com o intuito de ampliar o alcance das informações e garantir maior compreensão das regras aplicáveis às viagens de crianças e adolescentes, a CEIJ intensificou a comunicação institucional, participando de entrevistas em diferentes veículos de imprensa:



Janeiro de 2024 – NSC
[Assista aqui](#)



Julho de 2024 – SBT
[Assista aqui](#)



Julho de 2024 – ACAERT
[Assista aqui](#)

No mesmo ano, foram elaborados material de apoio para ampliar a divulgação:

- **Cartilha digital** – enviada às comarcas, rodoviárias e aeroportos do Estado ([ACESSE AQUI](#))
- **Cartaz informativo** – afixado em fóruns, rodoviárias e aeroportos, com linguagem simples, ilustrações e destaques visuais



Ainda em 2025, com o objetivo de prevenir dificuldades no momento do embarque e promover maior padronização de procedimentos, a CEIJ realizou comunicação institucional dirigida às companhias aéreas, concessionárias e administrações aeroportuárias e rodoviárias, encaminhando os materiais informativos elaborados sobre autorização de viagem de crianças e adolescentes.

A iniciativa buscou antecipar orientações, difundir boas práticas operacionais e fortalecer os fluxos de informação junto aos agentes responsáveis pelo atendimento ao público, especialmente no período de maior demanda do verão 2025/2026.

Com essas ações, a CEIJ reafirma sua missão institucional de atuar como instância orientadora e articuladora de boas práticas, assegurando a efetividade do sistema de justiça da infância e juventude e garantindo que crianças e adolescentes possam viajar com segurança, de forma célere e, sempre que possível, sem a necessidade de intervenção judicial.

NOTÍCIAS DESTAQUE

2024

19/07 VÍDEO APRESENTA AS EXIGÊNCIAS LEGAIS PARA VIAGENS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

17/12 CNJ ESCLARECE EXIGÊNCIAS PARA AUTORIZAÇÕES DE VIAGEM A MENORES DE 16 ANOS

2025

28/02 AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM PARA MENORES DE 16 ANOS PRECISA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA

11/08 NOVA PÁGINA NO PORTAL TJSC TRAZ ATUALIZAÇÕES SOBRE VIAGENS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

15/12 TJSC LANÇA GUIA E CARTAZ QUE ORIENTAM VIAGENS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM FÉRIAS ESCOLARES



4. AÇÕES EM PARCERIA

No biênio 2024–2025, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) fortaleceu sua atuação por meio de parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas, evidenciando a importância da articulação interinstitucional na promoção e na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.

As iniciativas desenvolvidas em conjunto com outros órgãos e entidades refletem uma atuação integrada e colaborativa, voltada à ampliação do alcance das ações, à qualificação das políticas públicas e ao fortalecimento da rede

de proteção. Nesse contexto, destacam-se projetos e campanhas, ações de mobilização social e a participação ativa na construção de políticas públicas estruturantes no Estado de Santa Catarina.

As ações a seguir demonstram o papel da CEIJ como agente articulador, fomentando o diálogo entre instituições e contribuindo para a construção de soluções conjuntas, com impacto direto na vida de crianças, adolescentes e suas famílias.

4.1. PAPAI NOEL CORREIOS + CNJ

A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) participou da campanha “Papai Noel dos Correios + CNJ”, iniciativa de alcance nacional que incentiva a solidariedade e a cidadania por meio do apadrinhamento de cartas escritas por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

A CEIJ foi responsável pela articulação local com as casas de acolhimento e com o Programa de Família Acolhedora da Comarca da Capital, promovendo a integração entre essas entidades, os Correios e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Entre as atividades realizadas, destacaram-se reuniões de alinhamento, coleta de informações sobre o número de crianças participantes, o acompanhamento da elaboração e do envio das cartinhas e a coordenação das etapas do projeto, desde o convite às instituições até a entrega dos presentes às crianças e adolescentes.

Como resultado, 119 crianças e adolescentes foram contemplados em 2024 e 126 em 2025, totalizando 245 beneficiados no biênio. A iniciativa reforça o compromisso da CEIJ com a promoção de experiências significativas, o fortalecimento de vínculos afetivos e a efetivação dos direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.



4.2. CAMPANHA SE RENDA À INFÂNCIA



A campanha “Se Renda à Infância”, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, integra as ações do Plano de Ação da Política Judiciária para a Primeira Infância e tem como objetivo divulgar a possibilidade de destinação do Imposto de Renda a projetos e programas voltados à promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

A campanha propõe a contribuição voluntária, sem custo adicional ao contribuinte, para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adoles-

cente (FDCA), conforme previsto no art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Trata-se de uma ação de caráter solidário e educativo, que visa fortalecer políticas públicas e iniciativas de proteção integral, mobilizando a sociedade e o sistema de justiça em torno do tema.

Em 2024 e em 2025, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) promoveu **ampla mobilização institucional para divulgação da campanha no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina**, por meio de estratégias de comunicação interna e externa.

As ações desenvolvidas incluíram:

- Envio de comunicações eletrônicas de sensibilização à magistrados(as), desembargadores(as) e servidores(as), com orientações práticas sobre como efetuar a destinação e explicações sobre a relevância social da iniciativa;
- Publicação de matéria informativa no portal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, reforçando o caráter educativo e o impacto positivo da campanha no fortalecimento

das políticas públicas voltadas à infância e juventude.

Com essas ações, a CEIJ reafirma seu compromisso com a difusão de práticas cidadãs e solidárias, estimulando a participação ativa da magistratura e dos servidores na consolidação de uma cultura institucional comprometida com a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente, contribuindo para o fortalecimento dos fundos e, consequentemente, das ações desenvolvidas nos territórios catarinenses.

NOTÍCIAS DESTAQUE

2024

21/05 CONTRIBUINTES PODEM DESTINAR
PARTE DO IR PARA FUNDO EM FAVOR DA
INFÂNCIA E JUVENTUDE

2025

01/04 UM GESTO, MUITAS INFÂNCIAS:
CAMPANHA INCENTIVA DESTINAR PARTE
DO IR A QUEM MAIS PRECISA



4.3. POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL PARA O TERRITÓRIO CATARINENSE E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA O TERRITÓRIO CATARINENSE

Representantes da CEIJ/TJSC participaram, no ano de 2025, dos seminários e grupos de trabalhos em encontros realizados pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina para a elaboração da Política Estadual de Educação em Tempo Integral e da Política de Educação Profissional e Tecnológica, ambas para o território catarinense.

A partir de encontros presenciais e *online*, que se iniciaram em 23 de abril de 2025, profissionais da educação e instituições parceiras, dentre as quais o TJSC, contribuíram para a elaboração de documento-base destinado à construção da Política Estadual de Educação em Tempo Integral, estabelecendo diretrizes,

princípios orientadores e estratégias de implementação.

[↗ SAIBA MAIS](#)

De igual modo, em 23 de julho de 2025, iniciaram-se os encontros, com a participação do TJSC, para a construção do documento que norteará as diretrizes da política estadual da Educação Profissional e Tecnológica para o território catarinense, contando com a participação institucional do TJSC, por meio da CEIJ, em diálogo intersetorial com os demais atores envolvidos.

[↗ SAIBA MAIS](#)

A participação da CEIJ nesses processos evidencia o compromisso do Poder Judiciário catarinense com a construção de políticas públicas estruturantes, especialmente aquelas que dia-

logam com a garantia de direitos de crianças e adolescentes, reforçando a atuação interinstitucional e preventiva na promoção de oportunidades educacionais e profissionais no Estado.



Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral (EITI) — A Secretaria de Estado da Educação, em articulação com instituições parceiras, profissionais da educação e universidades públicas e comunitárias de Santa Catarina, concluiu a construção da política estadual, com a participação da CEIJ nas reuniões de elaboração. A iniciativa integra o programa Qualifica SC e prevê a ampliação da oferta de escolas em tempo integral na rede estadual até 2026.

5. CURSOS E EVENTOS PROMOVIDOS PELA CEIJ

As ações de capacitação e os eventos promovidos pela CEIJ, ao longo do biênio, constituíram importantes instrumentos de difusão de conhecimento, alinhamento institucional e fortalecimento da atuação na área da infância

e juventude. Por meio dessas iniciativas, buscou-se qualificar práticas, fomentar o diálogo entre os diversos atores do sistema de justiça e consolidar uma atuação cada vez mais integrada e orientada à garantia de direitos.



Visita técnica dos Tribunais de Justiça interessados na nacionalização do Programa Novos Caminhos.



Café com Empresários - Realizado no fórum da comarca, no extremo sul catarinense, o encontro reuniu o Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), a Fiesc e entidades parceiras para apresentar o programa e sensibilizar novos apoiadores, com a exposição de ações e iniciativas bem-sucedidas de diferentes regiões.



Encerramento do Programa Novos Caminhos (2024) - Centenas de pessoas e instituições parceiras foram homenageadas nos eventos de encerramento do Programa. Em destaque, solenidade realizada na regional Foz do Rio Itajaí



Visita técnica do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sobre o Programa Novos Caminhos.

5.1. CURSOS REALIZADOS

Nome do curso: **Aula sobre depoimento especial no curso para novos promotores de justiça.**

Data: 24 de fevereiro de 2024.

Carga horária: 3 horas.

Público alvo: promotores de justiça.

Nome do curso: **Depoimento Especial aos Magistrados- Turma 1.**

Data: 16 a 24 de maio de 2024.

Carga horária: 22 horas.

Público alvo: magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina lotados em varas criminais, de infância e juventude e de violência doméstica contra a mulher.

Nome do curso: **Formação de Facilitadores de Justiça Restaurativa - Turma 1/2024.**

Data: 3 de junho a 12 de julho de 2024.

Carga horária: 70 horas.

Público-alvo: Magistrados, servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina e público externo.

Nome do curso: **Depoimento Especial aos Magistrados- Turma 2.**

Data: 6 a 14 de junho de 2024.

Carga horária: 22 horas.

Público alvo: magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina lotados em varas criminais,

de infância e juventude e de violência doméstica contra a mulher.

Nome do curso: **Aperfeiçoamento de Facilitadores de Justiça Restaurativa - Turma 1/2024.**

Data: 11 de junho a 9 de julho de 2024.

Carga horária: 27 horas.

Público-alvo: Facilitadores de Justiça Restaurativa entre magistrados, servidores do Poder Judiciário e público externo.

Nome do curso: **Curso de Entrevista Investigativa Aplicada ao Depoimento Especial - turma 1.**

Data: 17 de junho a 30 de outubro de 2024.

Carga horária: 60 horas.

Público alvo: servidores psicólogos, assistentes sociais e oficiais da infância e juventude.

Nome do curso: **Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas - Servidores - Turma 1/2024.**

Data: 2 de setembro a 7 de novembro de 2024.

Carga horária: 40 horas.

Público alvo: Servidores que atuam na temática da infância e juventude (cartório, gabinete e psicossocial).

Nome do curso: **Curso de Entrevista Investigativa Aplicada ao Depoimento Especial - turma 2.**

Data: 7 de outubro de 2024 a 19 de março de 2025.

Carga horária: 60 horas.

Público alvo: servidores psicólogos, assistentes sociais e oficiais da infância e juventude.

Nome do curso: **Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas - Juízes - Turma 1/2024.**

Data: 14 de outubro a 10 de dezembro de 2024.

Carga horária: 40 horas.

Público alvo: Magistrados que atuam na temática da infância e juventude.

Nome do curso: **Curso de Depoimento Especial: Atualização e Aperfeiçoamento - Turma 1.**

Data: 5, 6, 12 e 14 de novembro de 2024.

Carga horária: 16 horas.

Público alvo: servidores entrevistadores do depoimento especial.

Nome do curso: **Curso de Depoimento Especial: Atualização e Aperfeiçoamento - Turma 2.**

Data: 6, 7, 13 e 14 de novembro de 2024.

Carga horária: 16 horas.

Público alvo: servidores entrevistadores do depoimento especial.

Nome do curso: **Curso de Depoimento Especial: Atualização e Aperfeiçoamento - Turma 3.**

Data: 21, 22, 25 e 26 de novembro de 2024.

Carga horária: 16 horas.

Público alvo: servidores entrevistadores do depoimento especial.

Nome do curso: **Curso de Depoimento Especial: Atualização e Aperfeiçoamento - Turma 4.**

Data: 21, 22, 27 e 28 de novembro de 2024.

Carga horária: 16 horas.

Público alvo: servidores entrevistadores do depoimento especial.

Nome do curso: **Curso de Depoimento Especial: Atualização e Aperfeiçoamento - Turma 1.**

Data: 26 e 27 de março e 2 e 3 de abril de 2025.

Carga horária: 16 horas.

Público alvo: servidores entrevistadores do depoimento especial.

Nome do curso: **Curso de Depoimento Especial: Atualização e Aperfeiçoamento - Turma 2.**

Data: 26 e 27 de março e 2 e 3 de abril de 2025.

Carga horária: 16 horas.

Público alvo: servidores entrevistadores do depoimento especial.

Nome do curso: **Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas - Servidores - Turma 1/2025.**

Data: 5 de maio a 7 de julho de 2025.

Carga horária: 40 horas.

Público alvo: Servidores que atuam na temática da infância e juventude (cartório, gabinete e psicossocial).

Nome do curso: **Aperfeiçoamento de Facilitadores de Justiça Restaurativa - Turma 1/2025.**

Data: 7 a 19 de maio de 2025.

Carga horária: 35 horas.

Público-alvo: Facilitadores de Justiça Restaurativa entre magistrados, servidores do Poder Judiciário e público externo.

Nome do curso: **Depoimento Especial nas Ações de Família - Turma 1.**

Data: 8, 9, 19 e 21 de maio de 2025.

Carga horária: 24 horas.

Público alvo: servidores entrevistadores do depoimento especial.

Nome do curso: **Curso de Depoimento Especial: Atualização e Aperfeiçoamento - Turma 3.**

Data: 13, 15, 20 e 22 de maio de 2025.

Carga horária: 16 horas.

Público alvo: servidores entrevistadores do depoimento especial.

Nome do curso: **Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas - Juízes - Turma 1/2025.**

Data: 19 de maio a 18 de julho de 2025.

Carga horária: 40 horas.

Público alvo: Magistrados que atuam na temática da infância e juventude.

Nome do curso: **Formação de Facilitadores de Justiça Restaurativa - Turma 1/2025.**

Data: 2 de junho a 10 de julho de 2025.

Carga horária: 70 horas.

Público-alvo: Magistrados, servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina e público externo.

Nome do curso: **Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes - Turma 1.**

Data: 12 de junho a 20 de julho de 2025.

Carga horária: 34 horas.

Público alvo: magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina lotados em varas criminais, de infância e juventude e de violência doméstica contra a mulher.

Nome do curso: **Curso de Entrevista Investigativa Aplicada ao Depoimento Especial.**

Data: 27 de junho a 25 de outubro de 2025.

Carga horária: 54 horas.

Público alvo: psicólogos e assistentes sociais.

Nome do curso: **Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes - Turma 2.**

Data: 7 de agosto a 21 de setembro de 2025.

Carga horária: 34 horas.

Público alvo: magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina lotados em varas criminais, de infância e juventude e de violência doméstica contra a mulher.

Nome do curso: **LIVE - Primeira Infância: Avanços e desafios.**

Data: 18 de agosto de 2025.

Carga horária: 1 hora.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Renata Medeiros da Rosa Perotoni e Professora Dra. Josiane Petry.

Público alvo: Público externo.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do curso: **Curso Introdução em Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência - Turma 1/2025.**

Data: 1º de setembro a 30 de outubro de 2025.

Carga horária: 50 horas.

Público-alvo: Magistrados, servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina e público externo.

Nome do curso: **Depoimento Especial nas Ações de Família - Turma 2.**

Data: 4, 5, 15 e 16 de setembro de 2025.

Carga horária: 24 horas.

Público alvo: servidores entrevistadores do depoimento especial.

Nome do curso: **LIVE - Primeira Infância: Sistema de Justiça em ação.**

Data: 15 de setembro de 2025.

Carga horária: 1 hora.

Participantes: Dra. Joana Ribeiro, Dr. Mateus Minuzzi e Dra. Mariana Macêdo.

Público alvo: Público externo.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do Curso: **Círculo de Justiça Restaurativa com os Novos Magistrados - Oficina de Políticas Institucionais.**

Data: 16 de setembro de 2025.

Participantes: Lilian da Silva Domingues Lopes, Danúbia Rocha Vieira, Letícia Santos Maurício.

Público alvo: Juízes Substitutos do TJSC, aprovados no concurso regido pelo edital n. 44/2024.

Nome do Curso: **Apresentação sobre o funcionamento da CEIJ aos Juízes Substitutos do TJSC, aprovados no concurso regido pelo edital n. 44/2024.**

Data: 16 de setembro de 2025.

Participantes: Lilian da Silva Domingues Lopes, Cristine Pereira Tuon Sposito, Danúbia Rocha Vieira, Fernanda de Paula Colombo.

Público alvo: Juízes Substitutos do TJSC, aprovados no concurso regido pelo edital n. 44/2024.

Nome do curso: **Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes - Turma 3.**

Data: 18 de setembro a 2 de novembro de 2025.

Carga horária: 34 horas.

Público alvo: magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina lotados em varas criminais, de infância e juventude e de violência doméstica contra a mulher.

Nome do curso: **Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas - Servidores - Turma 2/2025.**

Data: 19 de setembro a 21 de novembro de 2025.

Carga horária: 40 horas.

Público alvo: Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Nome do curso: **Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes - Turma 4.**

Data: 9 de outubro a 23 de novembro de 2025.

Carga horária: 34 horas.

Público alvo: magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina lotados em varas criminais, de infância e juventude e de violência doméstica contra a mulher.

Nome do curso: **Curso de Depoimento Especial: Atualização e Aperfeiçoamento - Turma 4.**

Data: 13, 15, 20 e 22 de outubro de 2025.

Carga horária: 20 horas.

Público alvo: servidores entrevistadores do depoimento especial.

Nome do curso: **LIVE - Primeira Infância: infância protegida, adultização e o papel do Judiciário.**

Data: 29 de outubro de 2025.

Carga horária: 1 hora.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Dra. Aline Riboli Marasca e Ricardo Luiz de Bom Maria.

Público alvo: Público externo.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do curso: **Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes - Turma 5.**

Data: 6 de novembro a 14 de dezembro de 2025.

Carga horária: 34 horas.

Público alvo: magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina lotados em varas criminais, de infância e juventude e de violência doméstica contra a mulher.

Nome do curso: **Curso de Depoimento Especial: Atualização e Aperfeiçoamento.**

Data: 8, 22 e 29 de novembro de 2025.

Carga horária: 24 horas.

Público alvo: entrevistadores habilitados não pertencentes ao quadro de pessoal do TJSC.

Nome do curso: **Curso de Depoimento Especial: Atualização e Aperfeiçoamento - Turma 5.**

Data: 10, 12, 17 e 19 de novembro de 2025.

Carga horária: 20 horas.

Público alvo: servidores entrevistadores do depoimento especial.

Nome do curso: **Curso de Depoimento Especial: Atualização e Aperfeiçoamento - Turma 6.**

Data: 11, 13, 14 e 18 de novembro de 2025.

Carga horária: 20 horas.

Público alvo: servidores entrevistadores do depoimento especial.

Nome do curso: **Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes - Turma 6.**

Data: 27 de novembro de 2025 a 1º de fevereiro de 2026.

Carga horária: 34 horas.

Público alvo: magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina lotados em varas criminais, de infância e juventude e de violência doméstica contra a mulher.

5.2. EVENTOS

Nome do evento: **Entrevista Autorização de Viagem - NCS.**

Data: Janeiro de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participantes: Renata Medeiros da Rosa Perottoni.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Inauguração do Núcleo de Justiça Restaurativa do 2º Grau.**

Data: 30 de Janeiro de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) - Unidade Presidente Coutinho (UPC).

Participantes: Desembargador Álvaro Luiz Pereira de Andrade, desembargador Sérgio Izidoro Heil, Lilian da Silva Domingues Lopes, Danúbia Rocha Veira.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos 2023 - região Alto Vale do Itajaí.**

Data: 5 de março de 2024.

Local: Rio do Sul.

Participante: Fernanda de Paula Colombo.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Visita técnica dos Tribunais de Justiça interessados na nacionalização do Programa Novos Caminhos.**

Data: 22 de março de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participantes: Lilian da Silva Domingues Lopes, Fernanda de Paula Colombo e Sílvia Poconé Ettinger.

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos 2023 - região Serra Catarinense.**

Data: 24 de abril de 2024.

Local: Lages.

Participante: Eliza Sodré de Souza.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Inauguração do Núcleo de Justiça Restaurativa de Itajaí.**

Data: 13 de maio de 2024.

Local: Itajaí.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes, Danúbia Rocha Veira.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Visita técnica dos Tribunais de Justiça interessados na nacionalização do Programa Novos Caminhos.**

Data: 14 de maio de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes,

Fernanda de Paula Colombo, Eliza Sodré de Souza e Sílvia Poconé Ettinger

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Entrevista sobre a campanha Maio Laranja.**

Data: 22 de maio de 2024.

Participante: Desembargadora Rosane Portella Wolff.

Nome do evento: **Entrevista SESC - Programa Novos Caminhos.**

Data: 6 de junho de 2024.

Local: Gabinete da Desembargadora

Participante: Desembargadora Rosane Portella Wolff.

Nome do evento: **Café com Empresários - Extremo Sul - Programa Novos Caminhos.**

Data: 11 de junho de 2024.

Local: Turvo.

Participante: Eliza Sodré de Souza.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Entrevista Autorização de Viagem - SBT.**

Data: Julho de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participantes: Renata Medeiros da Rosa Perottoni.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Entrevista Autorização de Viagem - ACAERT.**

Data: Julho de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participantes: Renata Medeiros da Rosa Perottoni.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Visita à instituição de acolhimento Darcy Vitória de Brito com mentoria do palestrante Álvaro Fernando.**

Data: 17 de julho de 2024.

Local: Florianópolis.

Participante: Eliza Sodré de Souza.

Nome do evento: **Lançamento do livro da Desembargadora Rosane Portella Wolff com a Professora Josiane Rose Petry Veronese: "Justiça climática sob o olhar do direito da criança e do adolescente".**

Data: 13 de agosto de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Encontro de Instrutores do Depoimento Especial: Atualização e Uniformização.**

Data: 3 e 4 de setembro de 2024.

Local: *online*.

Participantes: Cristine Pereira Tuon Sposito e Ricardo Luiz de Bom Maria.

Nome do evento: **Workshop "Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz" com Kay Pranis.**

Data: 9 e 10 de setembro de 2024.

Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes, Danúbia Rocha Vieira, Eliza Sodré de Souza e Letícia Santos Maurício.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Visita técnica à Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital.**

Data: 9 setembro de 2024.

Local: Fórum Desembargador Eduardo Luz

Participante: Lilian da Silva Domingues Lopes.

Nome do evento: **Visita técnica às Varas da Família e Órfãos da Comarca da Capital.**

Data: 10 setembro de 2024.

Local: Fórum Desembargador Eduardo Luz

Participante: Lilian da Silva Domingues Lopes.

Nome do evento: **Café com Empresários - Região Sudeste.**

Data: 16 de outubro de 2024.

Local: São José.

Participantes: Eliza Sodré de Souza, Fernanda de Paula Colombo, Dra. Ana Cristina Borba Alves e Dr. Luís Felipe Canever.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Visita técnica ao Fórum Distrital Continente e Fórum Norte da Ilha.**

Data: 4 de novembro de 2024.

Local: Florianópolis.

Participante: Lilian da Silva Domingues Lopes.

Nome do evento: **Visita técnica à Comarca de Joinville.**

Data: 6 de novembro de 2024.

Local: Joinville.

Participante: Lilian da Silva Domingues Lopes.

Nome do evento: **Visita técnica ao Fórum Central - Violência Doméstica, Execução Penal e Família.**

Data: 8 de novembro de 2024.

Local: Florianópolis.

Participante: Lilian da Silva Domingues Lopes.

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Vale do Itajaí.**

Data: 12 de novembro de 2024.

Local: Blumenau.

Participante: Silvia Poconé Ettinger.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Visita técnica à Comarca de Criciúma e comarcas próximas.**

Data: 12 de novembro de 2024.

Local: Criciúma e comarcas próximas.

Participante: Lilian da Silva Domingues Lopes.

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Vale do Itapocu.**

Data: 13 de novembro de 2024.

Local: Jaraguá do Sul.

Participantes: Fernanda de Paula Colombo e Manuela Amorim Fortes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **2º Encontro Catarinense de Justiça Restaurativa.**

Data: 22 de novembro de 2024.

Local: Auditório da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes e Danúbia Rocha Vieira .

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Planalto-Norte.**

Data: 25 de novembro de 2024.

Local: São Bento do Sul.

Participantes: Fernanda de Paula Colombo.

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Foz do Rio Itajaí.**

Data: 26 de novembro de 2024.

Local: Itajaí.

Participantes: Manuela Amorim Fortes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Sudeste.**

Data: 28 de novembro de 2024.

Local: Palhoça.

Participante: Silvia Poconé Ettinger.

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Alto Uruguai Catarinense.**

Data: 28 de novembro de 2024.

Local: Concórdia.

Participante: Eliza Sodré de Souza.

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Oeste.**

Data: 28 de novembro de 2024.

Local: Chapecó.

Participante: Manuela Amorim Fortes.

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Extremo-Oeste.**

Data: 29 de novembro de 2024.

Local: São Miguel do Oeste.

Participante: Manuela Amorim Fortes.

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Alto Vale do Itajaí.**

Data: 4 de dezembro de 2024.

Local: Rio do Sul.

Participante: Eliza Sodré de Souza.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Visita técnica do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sobre o Programa Novos Caminhos.**

Data: 6 de dezembro de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participantes: Lilian da Silva Domingues Lopes, Eliza Sodré de Souza, Fernanda de Paula Colombo, Manuela Amorim Fortes e Silvia Poconé Ettinger.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Reunião da Coordenação Técnica Estadual do Programa Novos Caminhos.**

Data: 10 de dezembro de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participantes: Eliza Sodré de Souza, Fernanda de Paula Colombo, Manuela Amorim Fortes e Silvia Poconé Ettinger.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Reunião das Lideranças do Programa Novos Caminhos.**

Data: 22 de janeiro de 2025.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes, Fernanda de Paula Colombo, Manuela Amorim Fortes e Silvia Poconé Ettinger.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Solenidade de assinatura dos termos de convênio relacionados aos programas do Depoimento Especial, Conhecer para se Proteger e Justiça Restaurativa.**

Data: 28 de janeiro de 2025.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes, Christiane Costa Laurindo Nogueira, Danúbia Rocha Vieira, Fernanda de Paula Colombo, Manuela Amorim Fortes, Silvia Poconé Ettinger.

➤ [SAIBA MAIS](#)



Solenidade de assinatura dos termos de convênio relacionados aos programas do Depoimento Especial, Conhecer para se Proteger e Justiça Restaurativa.

Nome do evento: **Lançamento do programa Conhecer para se Proteger.**

Data: 25 de abril de 2025.

Local: Escola de Educação Básica Cel. Marcos Rovaris - Criciúma.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff e Cristine Pereira Tuon Sposito.

➤ [SAIBA MAIS](#)

➤ [SAIBA MAIS](#)



Lançamento do programa Conhecer para se Proteger. Data: 25 de abril de 2025.

Nome do evento: **1º Encontro de Juízes da Infância e Juventude do Poder Judiciário de Santa Catarina.**

Data: 30 de maio de 2025.

Local: Sede da Associação dos Magistrados Catarinenses - AMC.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes, Christiane Costa Laurindo Nogueira, Eliza Sodré de Souza, Fernanda de Paula Colombo, Ricardo Luiz de Bom Maria, Silvia Poconé Ettinger.

➤ [SAIBA MAIS](#)



1º Encontro de Juízes da Infância e Juventude do Poder Judiciário de Santa Catarina

Nome do evento: **Assinatura simbólica da prorrogação do Acordo de Cooperação Técnica do Programa Novos Caminhos com a Celesc.**

Data: 9 de setembro de 2025.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - Auditório Thereza Tang.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes, Fernanda de Paula Colombo e Silvia Poconé Ettinger.

➤ [SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - regional Serra Catarinense.**

Data: 29 de outubro de 2025.

Local: Lages.

Participante: Fernanda de Paula Colombo.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - regional Centro-Oeste.**

Data: 30 de outubro de 2025.

Local: Luzerna.

Participante: Fernanda de Paula Colombo.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - regional Vale do Itajaí.**

Data: 5 de novembro de 2025.

Local: Blumenau.

Participante: Silvia Poconé Ettinger.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - regional Alto Vale do Itajaí.**

Data: 10 de novembro de 2025.

Local: Rio do Sul.

Participante: Christiane Costa Laurindo Nogueira.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - regional Planalto-Norte.**

Data: 11 de novembro de 2025.

Local: São Bento do Sul.

Participante: Manuela Amorim Fortes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Seminário Estadual “Qual o melhor interesse da criança?” - Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais.**

Data: 11 e 12 de novembro de 2025.

Local: Cambirela Hotel, Florianópolis.

Participante: Desembargadora Rosane Portella Wolff.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Foz do Rio Itajaí.**

Data: 12 de novembro de 2025.

Local: Itajaí.

Participante: Silvia Poconé Ettinger.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Litoral Sul.**

Data: 17 de novembro de 2025.

Local: Braço do Norte.

Participante: Christiane Costa Laurindo Nogueira.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Sul.**

Data: 18 de novembro de 2025.

Local: Criciúma.

Participante: Silvia Poconé Ettinger.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Oeste.**

Data: 25 de novembro de 2025.

Local: Chapecó.

Participante: Manuela Amorim Fortes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Extremo-Oeste.**

Data: 26 de novembro de 2025.

Local: São Miguel do Oeste.

Participante: Manuela Amorim Fortes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Alto Uruguai Catarinense.**

Data: 27 de novembro de 2025.

Local: Concórdia.

Participante: Manuela Amorim Fortes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **3º Encontro Catarinense de Justiça Restaurativa.**

Data: 27 e 28 de novembro de 2025.

Local: Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes, Danúbia Rocha Vieira e Letícia Santos Maurício.

[↗ SAIBA MAIS](#)



3º Encontro Catarinense de Justiça Restaurativa.

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Centro-Norte.**

Data: 2 de dezembro de 2025.

Local: Caçador.

Participante: Fernanda de Paula Colombo.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Vale do Itapocu.**

Data: 3 de dezembro de 2025.

Local: Jaraguá do Sul.

Participantes: Christiane Costa Laurindo Nogueira e Manuela Amorim Fortes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Vale do Itajaí Mirim.**

Data: 4 de dezembro de 2025.

Local: Brusque.

Participantes: Christiane Costa Laurindo Nogueira e Fernanda de Paula Colombo.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Norte-Nordeste.**

Data: 15 de dezembro de 2025.

Local: Joinville.

Participante: Christiane Costa Laurindo Nogueira.

Nome do evento: **Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Sudeste.**

Data: 17 de dezembro de 2025.

Local: Florianópolis.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes, Christiane Costa Laurindo Nogueira e Fernanda de Paula Colombo.

[SAIBA MAIS](#)



Representantes das entidades parceiras do Programa Novos Caminhos no Evento de Encerramento do Programa Novos Caminhos - região Sudeste.

6. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS EXTERNOS

No biênio 2024–2025, a equipe da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) participou ativamente de cursos, seminários, encontros e eventos promovidos por diversas instituições, tanto no âmbito do sistema de justiça quanto em espaços intersetoriais.

A participação nessas atividades contribuiu para o aprimoramento técnico contínuo da

equipe, a atualização em relação às normativas e boas práticas, bem como para o intercâmbio de experiências com profissionais de diferentes áreas. Além disso, possibilitou o fortalecimento da atuação institucional da CEIJ, ampliando sua inserção em redes de cooperação e fomentando o diálogo com outros atores envolvidos na promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

Nome do evento: **Solenidade de repasse das verbas provenientes de penas pecuniárias (repasso à FESAG - Programa Novos Caminhos).**

Data: 22 de janeiro de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participante: Fernanda de Paula Colombo.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Webinário Equivalência de Carga de Trabalho: Um Novo Paradigma do Trabalho na Justiça, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.**

Data: 26 e 27 de fevereiro de 2024.

Local: *online*.

Participante(s): Christiane Costa Laurindo Nogueira, Lilian da Silva Domingues Lopes, Renata Medeiros da Rosa Perottoni.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Solenidade de divulgação e assinatura do Acordo de Cooperação Técnica do Programa Novos Caminhos, conforme Resolução n. 543/2024.**

Data: 5 de março de 2024.

Local: Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Brasília/DF.

Participante: Dr. Giancarlo Bremer Nones.

[↗ SAIBA MAIS](#)

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Envolver e Transformar: PJSC sem assédio e discriminação.**

Data: 7 de maio de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff e Danúbia Rocha Vieira.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **XXIV COLINJ, XVI FONAJUP E XXXIII FONAJOV.**

Data: 15, 16 e 17 de maio de 2024.

Local: Auditório da Escola Superior da Magistratura - ESMESC, em Florianópolis/SC.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff.

Acesse aqui a ata do XXIV Encontro do Colégio de Coordenadores.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do curso: **Política Antimanicomial no Poder Judiciário de Santa Catarina.**

Data: 11 e 26 de junho de 2024 e 2 de julho de 2024.

Local: modalidade EaD síncrona.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff e Lilian da Silva Domingues Lopes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **1º Seminário Orfandade e Direitos.**

Data: 26 de junho de 2024.

Local: Auditório Antonieta de Barros, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes e Danúbia Rocha Vieira.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Encontro de Justiça Restaurativa e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).**

Data: 3 a 5 de julho de 2024.

Local: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Participantes: Lilian da Silva Domingues Lopes e Danúbia Rocha Vieira.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Assinatura do termo de cooperação técnica entre TJSC e TJAP, para a tradução da Lei Maria da Penha, em forma de cartilha, para línguas indígenas.**

Data: 22 de julho de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff e Lilian da Silva Domingues Lopes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Seminário Estadual do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/SC).**

Data: 26 de agosto de 2024.

Local: sala de cinema do Centro Integrado de Cultura (CIC), em Florianópolis.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff e Lilian da Silva Domingues Lopes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Seminário Comemorativo de 5 anos do Pacto Nacional pela Primeira Infância: Avanços e Desafios.**

Data: 29 e 30 de agosto de 2024.

Local: Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Brasília/DF.

Participante(s): Renata Medeiros da Rosa Perottoni.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Seminário Catarinense de Assistentes Sociais e Psicólogos do PJSC.**

Data: 19 e 20 de setembro de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes, Cristine Pereira Tuon Sposito, Danúbia Rocha Vieira, Ricardo Luiz de Bom Maria.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Reunião Ordinária do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC - Apresentação do Programa Novos Caminhos.**

Data: 3 de outubro de 2024.

Local: IFSC Florianópolis - Continente.

Participante(s): Eliza Sodré de Souza e Manuela Amorim Fortes.



Participação na Reunião Ordinária do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC para apresentação do Programa Novos Caminhos.

Nome do evento: **Seminário Catarinense de Oficialato do PJSC.**

Data: 10 e 11 de outubro de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participante(s): Renata Medeiros da Rosa Perottoni, Ricardo Luiz de Bom Maria (palestrante).

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Evento de inauguração das novas instalações da instituição de acolhimento Casa da Teca - Capoeiras.**

Data: 17 de outubro de 2024.

Local: Florianópolis.

Participante(s): Eliza Sodré de Souza e Fernanda de Paula Colombo.

Nome do evento: **Recebimento, pelo Programa Novos Caminhos, do troféu "Solidariedade faz bem para a Saúde", da Associação Catarinense de Medicina (ACM).**

Data: 18 de outubro de 2024.

Local: Associação Catarinense de Medicina (ACM), Florianópolis/SC.

Participante(s): Dra. Maira Salete Meneghetti, representando a Desembargadora Rosane Portella Wolff.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Exposição do Programa Novos Caminhos na "Audiência Pública – Boas Práticas de Sustentabilidade no Âmbito do Estado e da Sociedade Civil Organizada", realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).**

Data: 23 de outubro de 2024.

Local: *online*.

Participante(s): Eliza Sodré de Souza.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Participação na aula do curso de Psicologia da UFSC para falar sobre avaliação psicológica.**

Data: 31 de outubro de 2024.

Local: *online*.

Participante(s): Ricardo Luiz de Bom Maria.

Nome do evento: **Comenda do Legislativo Catarinense, concedida pela Assembleia**

Legislativa de Santa Catarina (Alesc) para a Desa. Rosane.

Data: 18 de novembro de 2024.

Local: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff e Lilian da Silva Domingues Lopes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: XXV COLINJ, VXII FONAJUP, XXIV FONAUV e XXIV ABRAMINJ.

Data: 27, 28 e 29 de novembro de 2024.

Local: Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Belém/PA.

Participante(s): Dr. Giancarlo Bremer Nones.
Acesse aqui a ata do XXV Encontro do Colégio de Coordenadores.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: Cerimônia do repasse simbólico das verbas do Conselho Gestor das Penas Pecuniárias - PJSC Mais Social.

Data: 5 de dezembro de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes, Fernanda de Paula Colombo, Eliza Sodré de Souza, Manuela Amorim Fortes e Silvia Poconé Ettinger.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: Natal das crianças e adolescentes acolhidos nas instituições de Florianópolis/SC.

Data: 10 de dezembro de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participante(s): Lilian da Silva Domingues Lopes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: Solenidade de assinatura do acordo de cooperação interinstitucional que instituiu o projeto Aprendiz Legal em Santa Catarina.

Data: 16 de dezembro de 2024.

Local: Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes e Fernanda de Paula Colombo.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: 1º Encontro Nacional de Mulheres na Justiça Restaurativa.

Data: 19 a 21 de março de 2025

Local: Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Brasília/DF.

Participantes: Desa. Rosane Portella Wolff e Lilian da Silva Domingues Lopes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: Ciclo de Seminários de Formação para a Política Estadual de Educação em Tempo Integral para o Território Catarinense.

Datas: 23 de abril de 2025 (*online*); 13 a 15 de maio de 2025 (presencial); 20 de maio de 2025 (*online*); 3 a 5 de junho de 2025 (presencial); e 3 de julho de 2025 (*online*).

Local: Favorita Golden Hotel e Eventos - São José/SC.

Participante: Manuela Amorim Fortes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: XXVI COLINJ, XVIII FONAUV, XXXV FONAUV.

Data: 14 a 16 de maio de 2025.

Local: Belo Horizonte/MG.

Participante: Dr. Giancarlo Bremer Nones.

Acesse aqui a ata do XXVI Encontro do Colégio de Coordenadores.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Reunião promovida pela Alesc para debater e definir um Protocolo de Atendimento às Demandas da Infância e Juventude no Estado de Santa Catarina.**

Data: 20 de maio de 2025.

Local: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Alesc.

Participante: Lilian da Silva Domingues Lopes.

Nome do evento: **Palestra “As potencialidades da Justiça Restaurativa como política pública: as experiências de Lages e Bocaina do Sul” - Summit Cidades 2025.**

Data: 25 de junho de 2025.

Local: Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira (CELHS) - Florianópolis/SC.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Danúbia Rocha Vieira e Letícia Santos Maurício.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Palestra “A Aplicação da Justiça Restaurativa no Judiciário Catarinense”.**

Data: 25 de junho de 2025.

Local: Auditório da OAB São José.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff e Danúbia Rocha Vieira.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Audiência pública sobre atuação conjunta das forças de segurança e dos conselhos tutelares.**

Data: 14 de julho de 2025.

Local: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Alesc.

Participantes: Lilian da Silva Domingues Lopes e Renata Medeiros da Rosa Perottoni.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **II Seminário Estadual do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/SC)**

Data: 21 de julho de 2025.

Local: auditório da sede do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB/SC), em Florianópolis.

Participante: Desembargadora Rosane Portella Wolff.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Ciclo de Seminários de Formação para a Política Estadual de Educação Profissional e Tecnológica para o Território Catarinense.**

Datas: 23 de julho de 2025 (*online*); 5 e 6 de agosto de 2025 (presencial); 13 de agosto de 2025 (*online*); 18 e 19 de agosto de 2025 (presencial); 21 de agosto de 2025 (*online*); 26 e 27 de agosto de 2025 (presencial).

Local: Favorita Golden Hotel e Eventos - São José/SC.

Participante: Christiane Costa Laurindo Nogueira.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **1º Seminário Catarinense de Aprendizagem promovido pela GERAR.**

Data: 7 de agosto de 2025.

Local: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Alesc.

Participantes: Christiane Costa Laurindo Nogueira e Silvia Poconé Ettinger.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Reunião interinstitucional com o objetivo de discutir medidas preventivas, estratégias de enfrentamento e ações integradas de proteção a crianças, adolescentes e jovens no Estado de Santa Catarina.**

Data: 28 de agosto de 2025 .

Local: Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família.

Participante: Lilian da Silva Domingues Lopes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **2ª Semana da Aprendizagem.**

Data: 29 de agosto de 2025.

Local: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC), Florianópolis.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **1º Encontro Nacional do Programa Novos Caminhos.**

Data: 4 e 5 de setembro de 2025 .

Local: Conselho Nacional de Justiça - CNJ e SEST/SENAT, Brasília/DF.

Participantes: Desembargadora Rosane Portella Wolff, Lilian da Silva Domingues Lopes, Fernanda de Paula Colombo e Silvia Poconé Ettinger.

[↗ SAIBA MAIS](#)

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Entrevista para o ESA Cast - o Podcast da Escola Superior da Advocacia**

- Ep 6 - 35 anos do ECA: Entre o Texto da Lei e a Realidade da Infância.

Data: 9 de setembro de 2025.

Local: OAB Florianópolis.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **III Webinário para Equipes Técnicas promovido pelo CNJ. Tema: A Produção de Documentos à Luz do Serviço Social.**

Data: 19 de setembro de 2025.

Local: *online* - plataforma Microsoft Teams.

Participante(s): Lilian da Silva Domingues Lopes, Cristine Pereira Tuon Sposito, Danúbia Rocha Vieira.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **II Encontro de Equipes Multidisciplinares - “O trabalho das equipes multidisciplinares do TJPA: desafios frente à atual conjuntura institucional”.**

Data: 26 de setembro de 2025.

Local: *online* - transmissão pelo YouTube.

Participante(s): Danúbia Rocha Vieira.

[↗ SAIBA MAIS](#)



Menção honrosa às servidoras Fernanda de Paula Colombo e Silvia Poconé Ettinger - Reconhecimento pelo trabalho desenvolvido à frente do Programa Novos Caminhos, com destaque para a atuação no processo de nacionalização da iniciativa. Na foto, a servidora Silvia Poconé Ettinger.

Nome do evento: **Conversa com estudantes do IFSC sobre a importância de garantir os direitos da infância no Brasil.**

Data: 13 de outubro de 2025.

Local: IFSC - Campus Florianópolis, Mauro Ramos.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Encontro Preparatório de Equipes Técnicas, promovido pelo CNJ.**

Data: 16 e 17 de outubro de 2025.

Local: Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Brasília/DF.

Participante(s): Lilian da Silva Domingues Lopes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Jantar de comemoração aos 12 anos do Programa Novos Caminhos, promovido pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC).**

Data: 23 de outubro de 2025.

Local: Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Florianópolis/SC.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff, Christiane Costa Laurindo Nogueira, Fernanda de Paula Colombo e Silvia Poconé Ettinger.

Nome do evento: **Audiência Pública sobre a Implementação de Políticas Públicas de Residência Inclusiva, voltadas ao acolhimento e suporte integral de jovens e adultos com deficiência.**

Data: 3 de novembro de 2025.

Local: Auditório Antonieta de Barros - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Participante(s): Lilian da Silva Domingues Lopes.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Reunião do Conselho Gestor da Conta Centralizada do Poder Judiciário de Santa Catarina.**

Data: 7 de novembro de 2025.

Local: Salão Nobre da Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

Participante(s): Desembargadora Rosane Portella Wolff.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **XVII FONAVID - Fórum Nacional de Juízes e Juízas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.**

Data: 10 a 14 de novembro de 2025.

Local: São Luís/MA.

Participante(s): Renata Medeiros da Rosa Perottoni.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **XXVII COLINJ, XIX FONA-JUP, XXXVI FONA-JUV.**

Data: 17 a 19 de novembro de 2025.

Local: Aracaju/SE.

Participante: Dr. Giancarlo Bremer Nones e Dr. Fernando Machado Carboni

Acesse aqui a ata do XXVII Encontro do Colégio de Coordenadores.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Webinário para esclarecer as dúvidas sobre os novos critérios que serão incluídos no Prêmio CNJ de Qualidade do biênio de 2026 a 2027.**

Data: 28 de novembro de 2025.

Local: *online*.

Participante: Renata Medeiros da Rosa Perottoni.

[↗ SAIBA MAIS](#)

Nome do evento: **Natal solidário FIESC (Programa Novos Caminhos).**

Data: 10 de dezembro de 2025.

Local: FIESC Florianópolis.

Participante(s): Christiane Costa Laurindo Nogueira e Fernanda de Paula Colombo.

[↗ SAIBA MAIS](#)



7. INSTÂNCIAS CONSULTATIVAS, PARTICIPATIVAS E DELIBERATIVAS: COLÉGIO DE COORDENADORES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL - COLINJ

O Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil (COLINJ), criado em 2012 com o apoio da AMB, ABRAMINJ e Unicef, foi idealizado para garantir a prestação jurisdicional mais eficiente e especializada na infância e juventude, com intuito de qualificar a magistratura, valorizar os Ma-

gistrados da área, trocar experiência entre as Coordenadorias e identificar boas práticas, visualizar as experiências exitosas e disseminá-las dentro e fora do País.

[↗ SAIBA MAIS](#)

No biênio 2024/2025 ocorreram quatro encontros do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil (COLINJ) em conjunto com o Fórum Nacional da Justiça Juvenil (FONAJUV) e o Fórum Nacional da Justiça Protetiva (FONAJUP): em 15 de maio de 2024 ocorreu o XXIV Encontro, em Florianópolis/SC; em 27 de novembro de 2024 o XXV Encontro, em Belém/PA; em 14 de maio de 2025 o XXVI Encontro, em Belo Horizonte/MG; e em 17 de novembro de 2025 o XXVII Encontro, em Aracaju/SE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência
Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude